

ANO 1 - NÚMERO 7 - MAIO 2015

xapuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 7,90

CINEMA NO CERRADO

V FESTIVAL DE CINEMA DE ANÁPOLIS
REFORÇA VALORES DA IDENTIDADE
CULTURAL CERRATENSE



ISSN 2359-053x

07

BIODIVERSIDADE
OS AMARGOS DO CERRADO

p. 14

ECOLOGIA
A SAGA DE ZECA BREJEIRO

p. 22

PERFIL
BARIANI ORTENCIO

p. 38

Jalapão

O Jalapão é um paraíso natural de cerca de 30 mil km², localizado entre os municípios de Lagoa do Tocantins, Novo Acordo, Lizarda, Ponte Alta, Santa Tereza, Mateiros e São Félix do Tocantins, na região leste do estado do Tocantins, onde o calor mantém-se constante ao longo do ano em cerca de 30 graus.

Além da riqueza dos seus belíssimos campos de capim dourado, o encontro de suas muitas falésias com a profusão de cachoeiras e dunas de areias douradas (com até 30 metros de altura) faz do Jalapão roteiro inadiável para as pessoas amantes do ecoturismo.

Segundo as empresas de turismo que operam na região, o melhor período para visitar o Jalapão é de maio a novembro, durante o período da estiagem, quando as chuvas menos constantes permitem uma visão mais detalhada das maravilhas da região.

No Jalapão, pode-se transitar entre as dunas de areia fofa ou fazer *rafting* pelo Rio Novo; ou apreciar as águas azuis da cachoeira da Formiga; ou observar o Fervedouro, onde a pessoa por mais que queira não consegue afundar por conta do fenômeno chamado de ressurgência, por meio do qual a pressão da água que sobe do fundo da lagoa impulsiona a pessoa para cima. E pode-se muito mais. Mas, para isso, recomenda-se o uso de veículos traçados e a reserva de vários dias para visitar com calma as belezas do local, em especial as famosas Dunas do Jalapão.

COMO CHEGAR

O ponto de partida para o Jalapão é sempre Palmas, a capital do Tocantins.

De Palmas, segue-se 64 Km pela TO-050 até Porto Nacional e de lá para a cidade de Ponte Alta, considerada a entrada do Jalapão. Já na região, basta seguir para os atrativos, sempre em estradas de terra. Outra alternativa de traslado é sair de Palmas sentido Norte, pela TO-020, até o município de Novo Acordo em uma viagem de 108 Km. Também pode-se seguir pela TO-030 (100 km de extensão), interligação com o distrito de Taquaruçu, ainda em Palmas, até Santa Tereza do Tocantins. A hospedagem e a alimentação podem ser feitas nas pousadas e hotéis da região. Os roteiros podem ser realizados em companhia de guias turísticos, contratados no próprio Jalapão. Para mais informações, acessar o site oficial: www.jalapao.to.gov.br



A capacidade de uso do raciocínio, das mãos e da fala são as características que reforçam a sensação de superioridade dos humanos sobre os demais animais e sobre a Natureza em geral. O desejo de se expressar nasceu com o próprio ser humano, que sempre buscou caminhos para extravasar seus sentimentos e suas opiniões.

De forma consciente ou inconsciente, a manifestação artística traz com ela, além do sentido do belo, da sua estética, uma ideologia já dominante ou que pretenda se afirmar em determinado meio. E, das formas de arte, talvez seja o cinema, pelo seu encanto, sua magia, pelas possibilidades de sua técnica, a que mais impacto provoca sobre as pessoas, esses seres viventes que se acham donos do mundo.

Anápolis, cidade goiana nascida bem antes de Goiânia, viveu em meados do século passado uma experiência de aproximação dessa arte com o Cerrado, e de ambos com um conceito diferente de vida no Planeta. Uma ideia de aparar distâncias. Gente desencantada com os Estados Unidos e outras gentes, de várias outras partes do mundo, pra ali vieram e viveram momentos, digamos, cinematográficos.

É disso que trata a matéria de capa desta edição de Xapuri, que chega ao seu número 7. Mas esse é apenas o começo de uma viagem de muitas atrações que o leitor ou leitora fará ao vasculhar estas páginas. Seus colaboradores permanentes e eventuais se esmeraram na escrita sobre variados temas, que vão das histórias da ocupação do Brasil Central aos atuais embates travados no Congresso Nacional e no cenário nacional.

Tudo, como sempre, apresentado de forma bela e elegante, modéstia à parte.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk
Editores

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

Uma revista socioambiental,
um espaço criativo, alto-astrol,
independente, onde a informação
circula e as coisas acontecem.

Nós fazemos a **Xapuri** acontecer.
Você, com sua assinatura, fará a
Xapuri continuar acontecendo.

Assine agora!

**ASSINATURA
ANUAL
12 EDIÇÕES**

R\$ 75,00

PARA QUALQUER LUGAR DO BRASIL

**COMO
ASSINAR** ?

acesse:
www.xapuri.info



Mensagens pra Xapuri

A revista Xapuri mostra a que veio, abrindo espaços para o debate socioambientalista. Maravilha Xapuri Socioambiental!
Carlos Coutrim Caridade
Brasília, Distrito Federal.

Recebi minha revista. Estou super feliz!
Denise Correia, Assinante da Revista Xapuri
Recife, Pernambuco.

Uma ótima revista! Queria poder escrever pra ela um dia.
Janaina Scartazzini
Brasília, Distrito Federal.

Eu adorei a Xapuri desse mês. Está linda, os assuntos bem abordados. Para variar, ela já sumiu da minha mesa!
Sheila Araújo
Brasília, Distrito Federal.

contato@xapuri.info

“ A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos, e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. Eduardo Galeano 1940 – 2015 ”

COLABORADORES/COLABORADORAS MAIO

Altair Sales Barbosa – Professor Titular da Universidade Católica de Goiás; **Antenor Pinheiro** – Jornalista; **Clarissa Carramilo** – Fotógrafa; **Guilherme Cobelo** – Historiador; **Jaime Sautchuk** – Jornalista; **Jéssica Ferreira** – Fotógrafa; **José Leonardo Ferreira** – Cientista, Físico. **Jacy Afonso de Melo** – Dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT); **Leonardo Boff** – Filósofo, Teólogo, Escritor; **Lúcia Resende** – Mestra em Educação; **Nelson Santos** – Fotógrafo; **Ostill** – Fotógrafo; **Patrícia Doyle** – Jornalista; **Pedro Tierra** – Poeta; **Zezé Weiss** – Jornalista Socioambiental; **Zuhair Mohamad** – Fotógrafo.

CONSELHO EDITORIAL

- | | |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Jaime Sautchuk | 8. Juan Pratginestòs |
| 2. Zezé Weiss | 9. Marcelo Manzatti |
| 3. Altair Sales Barbosa | 10. Neusimar Coelho |
| 4. Binho Marques | 11. Priscila Silva |
| 5. Cássia Oliveira | 12. Socorro Alves |
| 6. Graça Fleury | 13. Ronei Alves |
| 7. Jacy Afonso | 14. Rui Faquini |



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (61) 3044 7755. **E-Mail:** revista@xapuri.info. **Razão Social:** Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. **CNPJ:** 10.417786\0001-09. **Endereço:** BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. **Atendimento:** Janaína Faustino (61) 9611 6826. **Edição:** Jaime Sautchuk (61) 9918-0983 – Zezé Weiss (61) 9974 3761. **Revisão:** Lúcia Resende, Maria Helena Schuster. **Produção:** Zezé Weiss. **Jornalista Responsável:** Thais Maria Pires – 386/GO. **Capa:** Acervo Histórico de Brasília. **Tiragem:** 5.000 exemplares. **Circulação:** Revista Impressa – Brasília, Goiás, Planalto Central. Revista Web – Todo o território nacional. **ISSN** 2359-053x.



02	TURISMO ECOLÓGICO Jalapão	24	EDUCAÇÃO Educação, trabalho e democracia
10	CAPA Cinema no Cerrado	27	GASTRONOMIA Peixe na Telha
14	BIODIVERSIDADE Os amargos do Cerrado	48	URBANIDADE Bela Vista de Goiás tem semáforo
20	DIREITOS HUMANOS As garras afiadas da terceirização	52	VOZES DA TERRA A morte anunciada de Josimo Tavares

16	BRASÍLIA Tudo é Brasília	32	MEMÓRIA O boi de Mestre Teodoro
18	CIÊNCIA E TECNOLOGIA Os fenômenos da luz	36	MOVIMENTO SOLIDÁRIO Belágua
22	ECOLOGIA A saga de Zeca Brejeiro	38	PERFIL Bariani Ortencio
28	HISTÓRIA SOCIAL Como nascem as cidades	41	POVOS INDÍGENAS Mapari, Sententã e Arara
31	LENDAS BRASILEIRAS A lenda do Açaí	46	SUSTENTABILIDADE Uma nova ética



Foto: anapolis.go.gov.br

CINEMA NO CERRADO

V FESTIVAL DE CINEMA DE ANÁPOLIS REFORÇA VALORES DA IDENTIDADE CULTURAL CERRATENSE

Zeze Weiss

Em sua quinta edição consecutiva, o Festival de Cinema de Anápolis, agendado para a semana de 25 a 31 de maio de 2015, consolida a difusão da sétima arte na região central do Brasil. Exatamente no local que foi palco de intensa presença intelectual e artística entre os anos 1930 e 1970, o V Festival de Cinema de Anápolis reforça os valores da identidade cultural cerratense.

O evento, organizado pela Prefeitura Municipal e realizado pela Secretaria Municipal de Cultura, oferecerá às pessoas amantes da cultura brasileira uma ampla programação, com

quatro mostras competitivas, uma mostra paralela, exposições para o público infantil, oficinas, debates, mesas redondas, exposições, lançamento de livros, um encontro cineclubista e um fórum setorial sobre cinema.

Inovando uma vez mais, em 2015 o Festival apresentará curtas-metragens nas mostras competitivas. "Inovamos também na abertura de espaço aos talentos locais e regionais. Este ano, o Festival abre oportunidades para cineastas do Centro-Oeste e de Anápolis, incluindo o lançamento do 'Minuto Anapolino' como parte das mostras competitivas", diz o

Secretário Municipal de Cultura, Augusto César de Almeida.

Outra grande novidade do Festival em 2015 é o "Cinema na Calçada", que percorrerá os bairros da cidade com a mostra itinerante de filmes e rodas de prosa sobre Cinema e Sustentabilidade. "Queremos nossa cidade cheia de amantes da cultura e da arte, queremos o resgate da nossa tradição cultural desde os tempos da chegada dos imigrantes em busca da Terra Prometida, mas queremos também, e principalmente, nossa comunidade nas calçadas, discutindo e traçando caminhos para a nossa cultura e para a

nossa vida em comunidade por meio do Festival", comenta o prefeito João Gomes.

O V Festival de Cinema de Anápolis distribuirá R\$ 73 mil em prêmios, nas seguintes categorias: 1) Filmes de Curta-Metragem Nacionais de Ficção (convidados); 2) Filmes de Curta-Metragem de Ficção e Documentários do Centro-Oeste; 3) Filmes de Curta-Metragem de Ficção e Documentários de Anápolis; 4) Filmes "Um Minuto Anapolino"; 5) Prêmio Incentivar Anapolino. Dos R\$ 73 mil em prêmios, R\$ 43 mil serão outorgados a produções anapolinas.

Em 2015, o V Festival será aberto com a exibição do filme "A Última Estação", de Márcio Cury, que conta a história da migração árabe para o Brasil, dando sequência ao costume de apresentar filmes documentais na abertura da Mostra.

A prática se repete desde o I Festival de Cinema de Anápolis, realizado em 2011, quando foi exibido o filme "Hollywood no Cerrado", dos cineastas brasilienses Tânia Montoro e Armando Bulcão, contando a história da migração de celebridades norte-americanas para Anápolis em busca do sonho da Terra Prometida.

Informações sobre o V Festival de Cinema de Anápolis, sobre os festivais anteriores e sobre a própria história anapolina da presença hollywoodiana no Cerrado podem ser obtidas no site da Prefeitura Municipal de Anápolis: www.anapolis.go.gov.br

EM BUSCA DA TERRA PROMETIDA

No início dos anos 1930 e por boa parte das décadas seguintes, Anápolis era como se fosse o centro da Terra no Centro-

Oeste brasileiro. Enquanto Goiânia era construída como cidade administrativa, era em Anápolis que a rede ferroviária parava. E era em Anápolis que tinha aeroporto. A cidade representava, à época, a porta de entrada para a Terra Prometida, no coração do Brasil Central.

Foi em busca dessa Terra Prometida que mais de mil famílias norte-americanas e inglesas chegaram a Goiás, via Anápolis, nas décadas de 40 e 50 do século passado. A migração ao Brasil Central era, sob todos os aspectos, atípica. As famílias migrantes não fugiam de guerras, nem cortavam o oceano em busca de trabalho. A maioria era formada por intelectuais, religiosos, empresários, artistas, alguns famosos em Hollywood, a Meca do cinema mundial.

O sonho da vida no Paraíso consolidou-se, em grande parte, depois da publicação do livro *The Promised Land* (A Terra Prometida) por Joan Lowell, atriz do cinema mudo – chegou a contracenar com Charles Chaplin no filme *The Gold Rush* – aventureira, desbravadora e facilitadora da vinda das famílias para o Brasil. Em um cruzeiro de férias pela América do Sul, Lowell conheceu o capitão Leek Bowen, que andava em busca de "descobrir novo rincão, o mais longe possível da civilização". Juntos, os dois desenvolveram um lucrativo negócio de venda de terras e de sonhos no sertão goiano.

A CAMINHO DA TERRA PROMETIDA

Para chegar a Anápolis, o casal Irving e Jeanette Weiss, de Nova York, embarcou em um navio no começo dos anos 1950 com uma carga inteira de móveis finos, os filhos Martin, Joseph e Linda, e a gata de estimação. O filho Joseph conta que a bagagem era tanta que, ao chegarem ao Rio de Janeiro, tiveram que esperar quase um mês pela liberação da alfândega. No Rio, acomodaram-se no Copacabana Palace, que é onde se hospedava a nata da migração americana a caminho da Terra Prometida.

A viagem de trem a Anápolis levava dias. Ao chegarem, as famílias buscavam estabelecer-se em chácaras e pequenas fazendas, próximas à cidade, para que as crianças pudessem frequentar a escola. Das famílias que vieram na mesma



época, umas investiram em educação, fundando o Ginásio Couto Magalhães, hoje Universidade Evangélica. Outras foram para o comércio e montaram lojas, um açougue e a primeira fábrica de massas de Anápolis.

Vegetarianos e pioneiros do ambientalismo, Jeanette e Irving tinham o sonho de plantar florestas de frutas tropicais. Os filhos contam que Jeanette moía abóbora e passava a massa no pelo da gata da família para torná-la vegetariana. Produziam, na chácara alugada, a 8 km da cidade, os vegetais orgânicos que consumiam.

Entre idas e vindas ao centro financeiro de Nova York, Irving desbravava o interior de Goiás buscando as terras férteis para o seu pomar tropical. A dificuldade de comunicação – gastava-se quase um dia para chegar a Goiânia e, de lá, falar por telefone com Nova York –, a distância dos negócios e a saudade da vida urbana fizeram com que a família voltasse para os Estados Unidos.

Porém, muitas famílias

ficaram. Muitas outras continuaram a chegar. Dentre elas, uma leva de artistas famosas de Hollywood, sob a liderança da estrela Mary Martin.

HOLLYWOOD NO CERRADO

A Terra Prometida no livro de Lowell ganhou corações e mentes hollywoodianas. Interessada, Mary Martin, a estrela do famoso filme sobre Peter Pan, jantou com os Weiss no exclusivo restaurante *Tavern on the Green*, no Central Park, em Nova York, para saber mais sobre a vida em Anápolis. Em seguida, tomou o rumo do Brasil Central, onde comprou fazenda e montou casa. Além do marido e da família, trouxe consigo a amiga Janet Gaynor, também atriz famosa nos Estados Unidos.

As vidas das famílias de Mary Martin e Janet Gaynor em Anápolis foram retratadas no filme *Hollywood no Cerrado*, dos cineastas brasileiros Armando Bulcão e Tânia Montoro. O filme, apresentado no I Festival de Cinema de

Anápolis em 2010, mostra a relação da comunidade local com suas moradoras famosas. Mais que isso, o filme retrata os usos e costumes de uma cidade pacata tomada pelas novidades da cultura cinematográfica, da construção da rodovia Belém-Brasília, dos indícios de uma vida cosmopolita até então inimaginável.

O lançamento do filme documental sobre a presença de Hollywood no Cerrado coincide com a trajetória contínua da promoção do município de Anápolis como polo de cultura da região Centro-Oeste. Desde 2010, a Prefeitura Municipal mantém, no mês de maio de cada ano, o Festival de Cinema de Anápolis. Agora em sua quinta edição, o Festival promete continuar resgatando os valores e a identidade da cultura local e regional.



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

Imagem do cartaz do Filme Hollywood no Cerrado



IPTU 2015

VOCÊ AINDA NÃO PAGOU SEU IPTU? ECONOMIZE ATÉ 20%!

É isso mesmo, **pagando até o dia 9 de junho** você economiza 20% e ainda ajuda a tornar Valparaíso uma cidade muito melhor. Aproveite esta oportunidade!

PARA IMPRIMIR SEU IPTU, ACESSE:
VALPARAISODEGOIAS.GO.GOV.BR

SECRETARIA MUNICIPAL
DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA
DE ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA



OS AMARGOS DO CERRADO

Jaime Sautchuk

A culinária do Cerrado, em especial a goiana, é salpicada de sabores amargos, muito comuns nas panelas de todas as classes sociais. Algumas iguarias são nativas, muitas já conhecidas do indígena que ali habitava. Outras são adotivas, chegadas de todos os cantos, às vezes de muito longe, vindas da África com os escravos, ou da Ásia com outros imigrantes.

Guariroba (ou gueroba), camargo, jiló, jurubeba, almeirão, alcachofra, rúcula, chicória, mostarda e pequi são alguns dos parceiros prediletos de arroz, cozidos, galinhadas, saladas, molhos, caldos e paneladas, em todo tipo de fogão. No mais das vezes, porém, as misturas não ocorrem por puro gosto, mas por alguma crendice que coloca nas plantas atributos que nem sempre elas têm de verdade.

A explicação mais plausível dos amargos na alimentação vem da medicina popular, em que os remédios amargos são os que curam mais rapidamente. Não importa se estão entre milhares de plantas nativas do Brasil ou se foram importadas. O boldo-de-Goiás, por exemplo, veio das savanas africanas do Benin e da Nigéria, embora o boldo mais comum seja aquele que nascia nos Andes chilenos.

É certo, contudo, que a vontade de comer e a fome sempre foram incentivadoras de descobertas dos amargos, como nos contam os primeiros colonizadores da região Central do país. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os tropeiros do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera II, que vasculhou aquelas paragens desde os anos 1720.

O alferes Silva Braga,

cronista da trupe de Anhanguera, após falar de peixes salvadores, relata: "Achamos também alguns palmitos que se chamam jaguaroba, que comíamos assados, e ainda que seja amargoso, sustenta mais que o mais". Ele se referia, claro, ao palmito da palmeira guariroba, que consegue ser menos amargo do que o camargo, outro palmito, que é retirado de uma palmeirinha que nunca passa de 1,30 m de altura.

E o palmito guariroba segue alimentando os povos do Cerrado, junto com outros tantos amargos que por aqui se acham.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

Foto: panelasdecapim.blogspot.com



maioamarelo

TRABALHANDO PARA UM TRÂNSITO SEGURO.



MAIO AMARELO:

É um movimento internacional de conscientização para redução de acidentes de trânsito. O trânsito deve ser seguro para todos em qualquer situação.

OBJETIVO:

Estimular a participação da população, de empresas, de governos e de entidades em ações de educação para o trânsito.

POR QUE MAIO?

Em 11 de maio 2011, a ONU decretou a Década de Ação para Segurança no Trânsito. Com isso, o mês de maio se tornou referência mundial para o balanço das ações que o mundo inteiro realiza.

POR QUE AMARELO?

O amarelo simboliza a atenção e também a sinalização de advertência no trânsito.

maioamarelo.com.br

[#maioamarelo](https://twitter.com/maioamarelo)



Patrícia Doyle

A discussão se Brasília é todo o Distrito Federal ou limita-se ao Plano Piloto de Lúcio Costa parece mesmo sem sentido. Documentos e legislação que tratam da transferência, criação, formação e inauguração da nova capital do Brasil não fazem qualquer referência à separação entre Brasília e Distrito Federal. Distrito, cidade e capital são uma só essência. Indivisíveis e coincidentes.

A Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, determinou:

“Art. 1º A Capital Federal do Brasil, a que se refere o Art. 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, será localizada na região do

Planalto Central, para esse fim escolhida, na área que constituirá o futuro Distrito Federal, circunscrita pela seguinte linha: (...).

Art. 33. É dado o nome de “Brasília” à nova Capital Federal.

Pode até ser que algumas circunstâncias tenham contribuído para embaralhar o entendimento. Por um lado, a capital foi projetada a partir de um Plano Piloto de Lúcio Costa, inspirado no urbanismo moderno de Le Corbusier, cujas influências remontam às cidades-jardim de Howard, que preveem ocupação pouco densa e cidades-satélites. Por outro, no quadrilátero escolhido para abrigar o Distrito

Federal existiam duas cidades remanescentes de Goiás, Brazlândia e Planaltina, e uma terceira se formou nos primeiros dias da construção, a Cidade Livre.

O Plano Piloto de Brasília em construção passou a ser ocupado antes da inauguração da capital. Uma grande invasão formada por migrantes fugindo da seca nordestina se formou nas cercanias da Cidade Livre e antecipou a criação de Taguatinga, em 1958. Ou seja, antes mesmo da inauguração da capital, havia cinco núcleos habitacionais distantes entre si. Talvez essas particularidades tenham reforçado a ideia de cidades e não bairros integrantes da capital do Brasil.

Lúcio Costa, em seu relatório do Plano Piloto, não faz qualquer referência à criação de “cidades”, apenas no último parágrafo do item 17 ele diz: “Deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população”.

Brasília, por tudo isso, é uma cidade peculiar que tem uma conformação urbana diferente das cidades conurbadas. É polinucleada, como bem definiu o geógrafo e professor emérito da UnB Aldo Paviani. Mas é, sobretudo, uma cidade constituída de bairros, embora distantes entre si, que reproduz as relações sócio-urbanas típicas das demais cidades brasileiras.

O antigo Distrito Federal era todo o município do Rio de Janeiro, com as mesmas funções de cidade-estado, com centro, bairros e subúrbios. Copacabana era tão capital do Brasil quanto Madureira. Bangu

não era menos capital que Ipanema, assim como todos os bairros e subúrbios do Rio. Nem a distância geográfica, vencida em muitos casos pelos trens da Central, nem particularidades culturais, nem a situação socioeconômica impediam essa condição. Eram todos cariocas da gema, orgulhosos moradores da capital do Brasil.

Quem mora há mais tempo em Brasília deve se lembrar que o núcleo central da capital era somente chamado de “Plano”. Moradores do Gama, Sobradinho, Taguatinga e demais localidades vinham ao “Plano”, porque estava implícito que tudo era Brasília. Em 10 de janeiro de 1960 houve uma divisão do território em circunscrições para fins de arrecadação de impostos, e uma delas era a do Plano Piloto. Já na ditadura, em 1965, o Decreto 456, que define as áreas metropolitanas de Brasília, criou a subprefeitura de Brasília. Mas o equívoco se concretizou em 1990, com a mudança de nome da Região Administrativa I de Plano

Piloto para Brasília. A Lei nº 110/1990, aprovada pelo Senado e sancionada pelo então governador Wanderley Vallim, alterou a Lei nº 49/1989 e nomeou a RA I de Brasília. Vallim, como vice de Joaquim Roriz, assumiu o governo para que o titular nomeado pudesse concorrer ao cargo de governador na primeira eleição direta da cidade.

A expressão cidade-satélite, historicamente, foi utilizada em referência às localidades mais distantes e empobrecidas. Lagos Sul e Norte e Park Way jamais foram chamados de satélites e sequer de cidades. Aliás, o termo “satélites” foi abolido por decreto na gestão do governador Cristovam Buarque. Em sua essência, continha um sentido preconceituoso.

Brasília é o Distrito Federal e Distrito Federal é Brasília. Ponto.



Patrícia Doyle
Jornalista





OS FENÔMENOS DA LUZ

A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS ASSOCIADAS À LUZ PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS TERRESTRES

José Leonardo Ferreira

O ano de 2015 foi proclamado o Ano Internacional da Luz pela Organização das Nações Unidas (ONU), que marca assim o milésimo aniversário do aparecimento do Kitab Al-Manazir, um notável tratado de 7 volumes sobre óptica, escrito pelo grande cientista árabe Lbn Al-Haytham. Até dezembro, a Unesco promoverá ações comemorativas em todo o

planeta, inclusive no Brasil.

Lbn Al-Haytham é o pai da óptica moderna, da oftalmologia, e precursor da metodologia experimental hoje empregada em várias áreas da ciência. Quando tratamos de fenômenos relacionados com a luz, nos reportamos à óptica, a parte da Física que estuda esses fenômenos e que foi iniciada pelos árabes.

No entanto, foi somente no século XVII que o físico inglês Isaac Newton demonstrou que a luz branca é composta por luzes de diferentes cores. Vai do vermelho, com menor frequência e maior comprimento de onda, até o azul, de maior frequência e também com mais energia, como bem mostrou mais tarde o físico alemão Max Planck,

fundador da Física Quântica, no fim do século XIX.

Ainda no início do século XX, em 1915, o maior físico de todos tempos, Albert Einstein, utilizou a Física Quântica para propor que a luz, além de ser composta por ondas de vários comprimentos de onda, também possui caráter dual, ou seja, é também composta por partículas, os fótons. Essas partículas elementares compõem o largo espectro da radiação eletromagnética proveniente do Sol, das estrelas, galáxias e de todo o universo visível.

ARCO-ÍRIS, UM FENÔMENO SIMBÓLICO DO ANO INTERNACIONAL DA LUZ

O Arco-Íris é, sem dúvida, o fenômeno mais belo e intrigante que ao longo da história das civilizações serviu de inspiração não só para a ciência, mas também para a arte e para a cultura em geral. O fenômeno ocorre em todo o planeta Terra sempre que as condições atmosféricas se tornam propícias para a ocorrência de precipitação pluviométrica.

Atualmente o fenômeno é bem conhecido e está relacionado com a dispersão da luz solar pelas gotículas de chuva em suspensão na troposfera terrestre. Essas gotículas funcionam como pequenos prismas que separam com diferentes ângulos de dispersão os vários comprimentos da luz provenientes de nossa estrela, o Sol.

A luz solar é composta por um largo espectro de diferentes cores de luz, ou seja, é uma radiação eletromagnética composta por ondas com diferentes frequências e comprimentos de onda que, na faixa visível do espectro, é conhecida como luz branca, formada pelas cores vermelho, laranja, amarelo, verde, azul e violeta. Importante notar



que o infravermelho, a faixa do espectro que vem antes do vermelho, e a que vem depois do violeta, o ultravioleta, também estão presentes na luz solar, mas não são visíveis ao olho humano. O infravermelho aquece a biosfera e o ultravioleta é bloqueado pela camada de ozônio.

A fotônica é a parte da Física que trata da ciência e da tecnologia de geração, controle e detecção dos fótons. Ela está embutida em várias outras tecnologias de grande impacto econômico. Está em todos os artefatos eletrônicos, por exemplo, e se tornou mundialmente conhecida após a invenção do raio laser, no início dos anos 1960.

Com o Ano da Luz, a ONU reconhece a importância de se dar maior atenção, a nível global, às tecnologias baseadas na luz e de se compreender como elas promovem soluções para as mudanças globais na produção de energia, educação, saúde, agricultura e no uso dos recursos naturais para sustentação da sociedade e do seu desenvolvimento.

LUZ E MEIO AMBIENTE

O monitoramento do meio ambiente é essencial para o uso sustentável dos recursos da biosfera terrestre. As células

solares são parte central de várias tecnologias limpas que transformam os fótons provenientes do Sol em corrente elétrica. Essa tecnologia é cada vez mais utilizada para produção de energia em diversas regiões da Terra, sendo a Alemanha uma das nações líderes no uso de células solares para este fim. No Brasil as regiões Nordeste e Centro-Oeste possuem grande incidência de raios solares ao longo do ano. Elas poderão se beneficiar em futuro próximo do uso desta tecnologia.

A luz e suas tecnologias associadas desempenham um papel vital nas nossas vidas. Ela envolve conhecimentos multi e interdisciplinares com alto impacto no desenvolvimento científico e tecnológico de nossa sociedade. O laser, por exemplo, permitiu o aparecimento das comunicações internacionais via internet, revolucionou a medicina e continuará a ser um instrumento essencial em várias áreas do conhecimento.

No século XXI, a luz e suas tecnologias continuarão a ter alto impacto global.



José Leonardo Ferreira
Doutor em Ciências Espaciais pelo INPE. Professor do Instituto de Física da UnB.



AS GARRAS AFIADAS DA TERCEIRIZAÇÃO

SOBRE OS DIREITOS DO TRABALHADOR BRASILEIRO

Jacy Afonso de Melo

“A solidariedade é o sentimento de respeito pela dignidade humana”. Kafka

Ao realizar minhas caminhadas, que chamo de socráticas, porque são momentos de perguntas e busca de respostas, pelas superquadras de Brasília, uma cena que se repete embaixo dos pilotis são trabalhadores e trabalhadoras da limpeza urbana, que iniciaram seu turno de madrugada, tomando seu café da manhã.

Em geral, estão em uma marmita cuscuz e ovo frito, acompanhados de um copo d'água dado por outro trabalhador da limpeza do mesmo prédio onde se

encontram. O que existe de comum entre eles, além da solidariedade, é a terceirização de seus serviços.

Ao dar-lhes bom dia, provooco uma reação de surpresa, pois em geral são ignorados, visto que, partes da paisagem, não são percebidos como gente que trabalha para manter nossa cidade limpa dos entulhos que mal-educadamente jogamos nas ruas.

Converso com essas pessoas que me contam sobre suas condições de trabalho, seus salários minguados, e os atrasos no recebimento de

13º e férias. Estas últimas, quando existem, porque a rotatividade nem sempre os deixa completarem um ano na mesma empresa.

Ao perceber a tosse que acomete alguns deles, pergunto a razão. Falam então do frio que enfrentam nas madrugadas, dos malcheirosos resíduos que recolhem, da poeira. Outros deles mostram arranhões, cortes em pés e mãos provocados por galhos, cacos de vidro e pelos próprios instrumentos de trabalho, em geral velhos e enferrujados.

Deixo-os continuarem

seu trabalho. Lembro, com sentimento de tristeza e revolta, da aprovação pela Câmara dos Deputados do PL 4330/04 na véspera do 1º de Maio, Dia do Trabalhador brasileiro.

Ao nos dar esse presente de grego, a maioria dos deputados vira as costas aos que os elegeram. Sim, porque sem o voto de trabalhadoras e trabalhadores essas pessoas não estariam ocupando assentos no Congresso Nacional.

Aliás, ao cruzar os nomes dos “representantes do povo” que votaram a favor da terceirização com os que tiveram suas campanhas eleitorais financiadas por empresas que mantêm trabalho escravo a coincidência é visível. Coincidência? Claro que não, pois pesquisas do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp apontam que 90% dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no Brasil eram terceirizados.

Os depoimentos das trabalhadoras e dos trabalhadores terceirizados, incluídos aqueles que servem café e fazem a limpeza da Câmara e do Senado, tecem um fio de desconstrução da identidade de classe; não se sentem trabalhadores como seus companheiros concursados ou contratados diretamente pelo órgão empregador.

A terceirização de atividades com finalidade pública causa estragos incalculáveis. Empresas como as de água e energia, que eram públicas, passaram a vender ações a entes privados, abrindo espaço para que os acionistas contratem terceirizados, provocando intensa rotatividade de profissionais especializados.

Na educação, os efeitos da terceirização são sentidos há



algum tempo. À medida que serviços como segurança, limpeza e alimentação passaram a ser realizados por terceiros, as preocupações aumentaram, pois educar é papel de todos que fazem parte do ambiente escolar.

Pergunta-se, então: com a possibilidade de terceirizar todos os setores, os professores e professoras também serão substituídos sempre que for do interesse das empresas?

Em outras áreas, a preocupação não é menor. O modelo de sociedade em que estamos inseridos é organizado para fazer girar a engrenagem da economia e do lucro, passando por cima das pessoas. No caso, mais terceirização reduz o poder aquisitivo de quem trabalha, desfaz as categorias profissionais e enfraquece os sindicatos. Como lá no começo.

Avalia-se que as consequências trabalhistas e sociais atingirão toda a população. Além do nivelamento salarial por baixo, vêm a desvalorização da força de trabalho, a ampliação da produtividade com a redução de custos, a violação do princípio constitucional da igualdade e dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de “construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar

a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A LUTA CONTINUA

Aprovado na Câmara, o PL 4330/04 segue para o Senado, a quem cabe “revisar” o texto. Cabe ao presidente da Casa colocar a matéria na pauta ou retardar sua apreciação. Se incluída na pauta, abrem-se os debates, apresentam-se as emendas, vota-se em Plenário. Em tese, tudo pode ser mudado. É possível, sim, fazer alterações substanciais, que diminuam o prejuízo que se anuncia para a classe trabalhadora.

Para isso, é preciso permanecer alerta. É necessário que todos os trabalhadores e trabalhadoras compreendam os riscos que o projeto representa. Sob o pretexto de regularizar a situação dos terceirizados – que é necessária – construiu-se um monstro de garras afiadas, pronto para saciar sua fome com o sacrifício dos trabalhadores.



Jacy Afonso de Melo
Dirigente Nacional da
Central Única dos
Trabalhadores – CUT



A SAGA DE ZECA BREJEIRO

Altair Sales Barbosa

Tá vendo aquele pequizeiro frondoso margeando o restinho que sobrou daquela vereda? Dizem que ali, bem ao lado daquela árvore, existia um rancho de buriti. Nele vivia um moreno com a pele igual à cor de rapadura, conhecido como Zeca Brejeiro. Feroz trabalhador, inteligente e muito cheio das sapiências.

Nos brejos, sem arrancar uma plantinha que ali nascia, ele cultivava feijão, mandioca, abóbora, cabaça e até arroz. Aqui e acolá, entre um ponto e outro da vereda, era comum ver alguns mamoeiros, cujos frutos serviam tanto para seu consumo, como também para os animais.

Era mestre em seguir as desconfiadas uruçus. De suas colmeias, ele retirava, sem

destruí-las, o mel para sua sobrevivência.

Também conhecia os segredos dos vegetais. Era comum ver vaqueiros transeuntes parados no seu rancho, solicitando ervas para curar alguma doença malinada. Entretanto, sua maior virtude era o dom da música. Ele era a própria essência dessa arte. Ele mesmo fazia suas rabequinhas e violas, usando pedaços de madeira, que já adormeciam por aqueles longínquos e intermináveis gerais. Para seu acabamento utilizava ferramentas rústicas, algumas fabricadas por ele mesmo, no limo da pedra de amolar.

Sua rabequinha tinha quatro cordas de tripa. Era usada apoiada no ombro esquerdo e com a voluta para baixo,

quando a tocava irradiava no ar uma sonoridade fanhosa como o canto da acauã. Sua viola tinha cinco pares de cordas de arame, quando a dedilhava era como se ecoasse pelos ares uma orquestra de aves canoras.

Tanto a fanhosidade da rabeça quanto a canoridade da viola deixavam o ar com um sabor adocicado, que entrava pelos ouvidos e acalentava a alma do vivente.

Contam que quando Zeca Brejeiro manejava seus instrumentos musicais tudo em volta parava para ouvir a sua música. Os rios corriam mais serenos, os ventos deixavam de balançar as palmas do buriti, suçuapara esticava seu pescoço, que de longe se podiam avistar as galhadas, só

para apreciar aquela melodia, suçuarana encostava a barriga na relva fresca e descansava no leito da vereda. Lobo Guará levantava as orelhas igual favas de xixá, para ouvir as boas notas que recheavam o ar. Arara, periquito, papagaio, juriti, tudo se aquietava na hora que Zeca Brejeiro tocava.

Um belo dia, rompe naquelas redondezas um som diferente, não era o som dos ventos, que frequentemente redemoinhavam as relvas dos gerais, nem a cachoeira, rugindo nas pedreiras; também não era o grunhindo dos queixadas, nem o esturro da onça pintada. Era o roncar de um trator puxando uma carreta recheada com bolas de arame farpado.

Zeca Brejeiro, mirando desconfiado aquela cena, pensou consigo mesmo: – deve ser o tal do grileiro, que certa vez Lídio vaqueiro me contou. Lembrou que Lídio também lhe havia dito que este tipo de gente procura apossar-se de grande quantidade de terras, mediante falsas escrituras de propriedade, que adquirem subornando os cartórios.

Não era o grileiro, era apenas um de seus representantes. No outro dia foram chegando mais gente e mais máquinas, que se avolumavam ao sabor do tempo. Tudo isso acontecendo com desprezo à existência de Zeca Brejeiro.

Logo surgiram cercas longas, maiores que as curvas das veredas. As máquinas que chegaram não perderam tempo, de imediato foram atirando ao chão pedaços daquela vastidão, que os dias se responsabilizavam para aumentar cada vez mais os hectares degradados.

Zeca Brejeiro tentou por diversas vezes reagir, mas era ignorado e ridicularizado pelos capatazes do misterioso grileiro.

Um dia, saiu bem cedo para coletar mel da meliponæuruçu e, quando retornou, seu rancho havia sido sapecado, qual a penugem de um capão sendo preparado para uma senhora em época de resguardo. Por sorte, sua rabequinha e sua viola que estavam num saco de meia pendurado num dos galhos do pequizeiro não foram atingidas pelas chamas devoradoras.

Contam que quando Zeca Brejeiro viu aquela cena ficou imóvel, não teve reação de desespero, apenas se ajoelhou, balbucionou alguma oração onde entre uma frase e outra se ouvia: – Sei que a noite é uma senhora, logo chegará o amanhecer!

Tomou pelas mãos o saco de meia, com os instrumentos, e cuidadosamente o alojou no dorso e saiu pelos brejos adentro daquela vereda.

Ninguém mais tem notícias suas. Se é vivo ou se morreu, ninguém sabe.

Apois se conta ainda hoje que um velho vaqueiro atrevido que por aquelas bandas passava trouxe a notícia que todas aquelas plantas foram atiradas ao chão e que por ironia do destino só sobrou o velho pequizeiro. Este vaqueiro disse também que se arrepiou todo, quando um pé-de-vento soprou os galhos daquela árvore, pois estes rangiam tal qual o som da rabequinha de Zeca Brejeiro.



Altair Sales Barbosa
Pesquisador, Doutor.
Professor titular da
Universidade Católica de
Goias



CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS EM 2015

JANEIRO	-	-	-	-	-
FEVEREIRO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
MARÇO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
ABRIL	07 (terça-feira)	08 (quarta-feira)	14 (terça-feira)	15 (quarta-feira)	16 (quinta-feira)
MAIO	05 (terça-feira)	06 (quarta-feira)	12 (terça-feira)	13 (quarta-feira)	14 (quinta-feira)
JUNHO	02 (terça-feira)	03 (quarta-feira)	09 (terça-feira)	10 (quarta-feira)	11 (quinta-feira)
JULHO	-	-	-	-	-
AGOSTO	04 (terça-feira)	05 (quarta-feira)	11 (terça-feira)	12 (quarta-feira)	13 (quinta-feira)
SETEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)
OUTUBRO	06 (terça-feira)	07 (quarta-feira)	13 (terça-feira)	14 (quarta-feira)	15 (quinta-feira)
NOVEMBRO	03 (terça-feira)	04 (quarta-feira)	10 (terça-feira)	11 (quarta-feira)	12 (quinta-feira)
DEZEMBRO	01 (terça-feira)	02 (quarta-feira)	08 (terça-feira)	09 (quarta-feira)	10 (quinta-feira)

As Sessões iniciam-se às 19h no Plenário da Câmara



EDUCAÇÃO, TRABALHO E DEMOCRACIA

16ª SEMANA NACIONAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Lúcia Resende

“...para evitar mais prejuízos e retrocessos, a saída só tem uma porta: a mobilização da nossa categoria” Bia de Lima - Presidenta do Sintego

Na última semana de abril, sob a organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego) realizou a 16ª Semana Nacional em Defesa da Educação Pública. Em todo o país, houve uma série de atividades sobre Educação, Trabalho e Democracia, tema escolhido para 2015.

Nos diversos estados, sob a liderança dos sindicatos, as atividades se desenvolveram em consonância com os objetivos estabelecidos, considerando o contexto e as particularidades locais e buscando o envolvimento da comunidade

escolar na elaboração dos planos estaduais e municipais de Educação, em sintonia com o Plano Nacional de Educação (PNE).

A 16ª SEMANA EM GOIÁS

Em Goiás, a mobilização é constante, a luta não tem sido fácil e longe está de terminar. Como tem alertado o Sintego, “o desrespeito à Lei do Piso, o achatamento da carreira com a extinção da titularidade, o reajuste da remuneração docente sendo pago em desacordo com a Lei do Piso e a data-base, a determinação do Executivo estadual em transferir para Organizações Sociais (OSs)

a gestão escolar e a recente decisão do Executivo goiano de parcelar o pagamento dos salários da Educação, dentre outros agravos, trazem enormes preocupações para a categoria”.

Foi nesse contexto que o Sintego promoveu as atividades da 16ª Semana em Defesa da Educação Pública no estado. No dia 27, nas salas de aula, houve apresentação e debate sobre as metas dos Planos de Educação nacional, estadual e local; dia 28, o debate envolveu a comunidade escolar; dia 29, houve adesivação em vários pontos da capital; dia 30, dia da Greve Nacional, realizou-se a Audiência Pública em Defesa e Promoção da Educação Pública,

no auditório da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). O encerramento da semana aconteceu no 1º de maio – Dia da Classe Trabalhadora –, com a Corrida do Trabalhador, um ato público e um show, na Praça do Trabalhador, em Goiânia.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Com a participação de representações de profissionais da Educação de todas as regiões do estado, o Sintego promoveu, no dia 30, Audiência Pública, com profícuo debate em Defesa e Promoção da Educação Pública. A Audiência foi realizada em parceria com: Fórum Estadual de Educação, Faculdade de Educação da UFG, Undime, Anped, Anpae e CME.

A presidenta do Sindicato, Bia de Lima, abriu o evento, solidarizando-se com os educadores de Goiânia, que foram agredidos pela Guarda Municipal, no dia 23 de abril, com os do Paraná, espancados pela Polícia Militar, no dia 28 de abril, e com os de Aparecida de Goiânia, que entraram em greve na segunda-feira, dia 4 de maio. Ela destacou a importância de se fazer um balanço das lutas e conquistas, de permanecer buscando avanços, mas sobretudo de “lutar contra os retrocessos que estão sendo gestados, no país e em Goiás”. Uma audiência pública, lembrou ela, tem o papel de “aproximar profissionais que atuam na escola pública com entidades que defendem a escola pública”.

Sobre Goiás, Bia lembrou agravantes de uma situação segundo ela já ruim “porque desde o início do ano, as ações propostas pelo Executivo estadual são todas contrárias à nossa pauta de reivindicações: 1. Decisão do governador de parcelar os salários; 2. Reajuste do Piso em agosto, contrariando a Lei; 3. Transferência da gestão

escolar para as OSs; e 4. Projetos de Lei que mudam o Estatuto do Magistério e o Estatuto dos Servidores”. Segundo ela, “para evitar mais prejuízos e retrocessos, a saída só tem uma porta: a mobilização da nossa categoria”.

A professora Virginia Maria Pereira de Melo, Secretária Municipal de Educação de Anápolis e presidenta do Fórum Estadual de Educação, lamentou as situações de violência contra educadores e ressaltou a importância do diálogo e da constante negociação. Enfatizou também a importância da participação dos professores nos debates promovidos pelo Fórum sobre temas como “a grande dificuldade de acesso à Educação Infantil, a evasão escolar motivada pela falta de investimentos do Estado na construção de escolas próximas das comunidades, a falta de motivação dos professores e a urgência de controle social dos gastos com a Educação”. Na última edição, “os professores fizeram falta”, lamentou ela.

Corroborando a ideia de que a mobilização é fundamental, a professora Ludmila da Silva Moraes, do Conselho Municipal de Educação de Goiânia e representante da Anpae, indagou: “O que nós podemos fazer do lugar onde estamos? Falar em Educação de qualidade é falar para além da escola pública. O que podemos fazer enquanto sujeitos e o que precisamos cobrar para que essa Educação de qualidade aconteça”?

Representando a UFG, a professora Karine Nunes de Moraes ressaltou o fato de que “os maiores esforços exigidos hoje são para não perder direitos”. Sobre a truculência contra professores, afirmou: “Repudiamos toda forma de violência, com repressão policial ou sem repressão policial. Defendemos a liberdade de



pensar e de expressar. Temos que estar vigilantes em defesa da democracia. Que nossa luta tenha como princípio o bem coletivo, a ampliação da democracia, o aumento da participação nos espaços públicos”.

Em seguida, a professora Ieda Leal, vice-presidenta do Sintego e secretária de Combate ao Racismo da CNTE, afirmou que, em Goiás, a tarefa dos profissionais da Educação é gigantesca, porque “os ataques à Educação pública são constantes”. Lembrou ela: “Acordamos com o pesadelo da OS, mesmo quando já se sabe que as OSs não funcionam em outros países (como no Chile e Estados Unidos) e estados. Queremos o Concurso Público, a aprovação do plano estadual e dos planos municipais de Educação. Queremos saber sobre os recursos da Educação em Goiás. De um orçamento de R\$ 418 milhões [março/2015], apenas R\$ 170 milhões vão para o pagamento da folha”.

Mas nem tudo é desalento. Nesse sentido, a professora

Miriam Fábria, representante da Anped, lembrou: “Na década de 1980 fomos protagonistas de muitos movimentos em defesa da escola pública. Tivemos muitas conquistas, por exemplo, a eleição de diretores, a escola como espaço de aprendizado. Nossas tarefas são o resgate das memórias de nossas vitórias e a defesa de nossas conquistas. Precisamos superar esse momento difícil em que tem só desgraça. Precisamos voltar a acreditar em possibilidades”.

E advertiu: “A nossa memória está contaminada por uma mídia extremamente perversa. A mídia não mostra o movimento que está acontecendo no Brasil inteiro: os professores estão na rua! E estão na rua não só por salários, mas também pelo projeto de Educação do país”.

A 16ª Semana em Defesa da Educação Pública é uma atividade histórica dos trabalhadores em Educação de todo o país, realizada pelas entidades ligadas à CNTE, em defesa dos educadores, mas não é a única. Ao avaliar a realização, Bia de Lima

ressaltou: “Diariamente são travadas duras batalhas para assegurar e ampliar os direitos de professores e funcionários das escolas. Em Goiás, essa batalha tem sido árdua, tanto na esfera político/administrativa, quanto na judiciária, onde tramitam várias ações contra atos do governo que desrespeitaram a Lei e retiraram direitos. Lentamente, as decisões estão restabelecendo esses direitos e obrigando o governo de Goiás a cumprir a legislação como, por exemplo, a sentença que obriga o Estado a pagar os quatro meses de reajuste de 7,97%, do Piso de 2013, a mais de 30 mil professores.

Mesmo diante dessas duras batalhas, o Sintego não recua, pelo contrário, intensifica cada vez mais e mobiliza a categoria para resistir a todo tipo de pressão e ação que vise prejudicar os trabalhadores”.



Lúcia Resende
Mestra em Educação pela UnB

PEIXE NA TELHA, IGUARIA GOIANA



Foto: semmedida.com/jornal/peixenatelha

O peixe na telha, famosa iguaria goiana, foi criado por Bariani Ortencio, escritor, folclorista e estudioso da culinária goiana, e pelo professor Aldair Silveira Aires, também de Goiás.

Em 1978, Aldair inaugurou o restaurante Forno de Barro, em Goiânia. Em busca de novidades

para o restaurante, Aldair viu amostras da Cerâmica Serrinha, de Bariani, e teve a ideia de usá-las para servir seu peixe ao molho, especialidade da casa.

O teste foi feito na residência de Ortencio, como ele mesmo relata em seu livro Cozinha Goiana: “Prenei várias telhas plan e colonial, fechei

as extremidades antes de queimá-las, e testamos aqui na minha residência. O prato foi aplaudido por nossos convidados”.

A receita de peixe na telha aqui apresentada foi extraída do livro Cozinha Goiana, de Bariani Ortencio, Editora Kelps, 2.000.



Fotos: Jéssica Ferreira

INGREDIENTES (para 6-8 pessoas):

- 2,5 kg de pintado ou surubim (temperar com sal e limão)
- 2 kg de cebola picada
- 2 kg de tomate picado bem maduro
- 1 lata de molho de tomate
- 2 colheres de sopa de molho de soja
- 1 pitada de orégano
- 1 pitada de açafrão
- 2 pimentões verdes picados
- 1 vidro de leite de coco
- 1 lata de creme de leite
- 1 envelope de creme de cebola (para engrossar o caldo)
- Pimenta de cheiro, cheiro verde (salsa e cebolinha)

PREPARO:

Colocar as postas de peixe dispostas numa assadeira e espremer limão de um lado e de outro. O peixe deverá entrar na panela de uma a duas horas depois de receber o caldo de limão. Picar os ingredientes, inclusive as pimentas, e levar tudo à panela com óleo e um pouco de água. Os pimentões, para não amargar o molho, ficam por último, com o cheiro verde e o creme de leite. Assim que o molho estiver fervendo, colocar as postas do peixe que cozinhará em dez ou quinze minutos. Juntar os pimentões e o cheiro-verde por mais dois minutos. Desligar o fogo e despejar o creme de leite e o leite de coco. Distribuir a peixada em telhas próprias (fechadas nas extremidades). Cobrir com farinha de rosca e levar ao forno para gratinar. Servir ainda em ebulição com arroz branco.

COMO NASCEM AS CIDADES

“Algumas povoações resistiram, como Pirenópolis, Goiás, Corumbá, cujos habitantes entregaram-se à lavoura de subsistência e à criação de gado. Para isso foi preciso despovoar os campos dos indígenas bravios, confinando-os em aldeamentos, onde lhes era ministrado o ensinamento de métodos de trabalho e da religião católica. Sobre tudo se lhes ensinava como extinguir-se.”

Jaime Scrutchuk



Dessa forma o escritor goiano Bernardo Élis descreveu o fim do chamado Ciclo do Ouro em Goiás, que durou um século, de 1722 a 1822. Começou com a chegada à região da

expedição do bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, o Anhanguera II, e durou enquanto havia o precioso metal na superfície, nos cursos d'água e nas barrancas.

Como diz o escritor, pra sobreviver, as populações das vilas e aglomerados humanos migraram de atividade, passando ao cultivo de lavouras e à criação de gado. Com o

passar do tempo, entretanto, outras atividades econômicas atraíram pessoas e deram origem a novas vilas, cidades e municípios.

Cada um dos 246 municípios goianos tem sua história, é claro, sempre centrada na economia, mas formando uma cultura própria, que reflete a convivência dos membros das novas comunidades. Em alguns casos, como na época do ouro, esse processo é tão forte que marca época do desenvolvimento do estado.

Um desses casos é o do município de Ceres, fruto de um processo socioeconômico que mobilizou o país inteiro, muito além das fronteiras goianas. Foi reflexo retardado da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder por 15 anos, com a proposta de acabar com o domínio das velhas oligarquias e de modernizar o Brasil, nas cidades e no campo.

Anos depois, o governo federal implantou a política da “Marcha para Oeste”, que propunha a ocupação do que era chamado de “terras sem homens” de Goiás e Mato Grosso. Pelo lado oficial, em 1941 foi implantado um projeto de reforma agrária que, embora limitado, deixou suas marcas para sempre.

Era o da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que teve como primeiro administrador o engenheiro Bernardo Sayão Carvalho de Araújo. À época, o projeto chamou a atenção do país inteiro e deu prestígio ao governo por bom tempo. Afinal, dava a entender que a promessa revolucionária de promover uma reforma agrária no país estava sendo cumprida.

De todo jeito, numa área do centro-norte goiano, em pouco tempo já havia perto de 4 mil famílias assentadas em glebas de mais ou menos 30 hectares. Os colonos recebiam sementes e outros insumos, e havia postos

médicos, escolas, centros comunitários, e assim por diante, sob gestão do governo estadual.

A sede do projeto se chamava Ceres, a deusa da agricultura na mitologia grega, e com o tempo ali surgiu o município do mesmo nome, que em 2014 tinha 25 mil habitantes. Ceres manteve forte produção agropecuária, mas se tornou também um importante centro de serviços, citado como exemplo nas áreas de saúde, educação, informática e infraestrutura urbana.

No entanto, lá atrás, no seu início, o projeto tinha esse limite de lotes a distribuir e parou por aí. Era filho único de mãe solteira. Só que a propaganda em torno do empreendimento atraiu muito mais gente de todos os cantos do país, principalmente do Nordeste.

Boa parte desses migrantes ocupou terras mais ao norte do estado, na região do município de Urucu, próximo de onde estavam as vilas de Formoso e Trombas. As posses eram repartidas pelos próprios ocupantes, em lotes também pequenos, de até 30 hectares.

Ocorre que a valorização das terras, com a abertura de estradas, atraiu também grandes proprietários, grileiros, que passaram a ocupar áreas enormes, expulsando os posseiros. Pra isso, eles contrataram jagunços armados, e o terror se implantou na região, com violência e mortes a todo instante.

O camponês José Porfírio de Souza, o Zé Porfírio, tinha saído do oeste da Bahia e, depois de enfeitado em Ceres, virou posseiro em Trombas. Por diversas razões, inclusive a de já ser alfabetizado, ele se tornou líder daquela gente. Sob seu comando, com diplomacia, eles formavam grupos pra ir a Goiânia pedir socorro ao governo estadual.

Ao contrário, a Polícia Militar do Estado participava de ações ao lado dos jagunços, ameaçando, prendendo e até matando posseiros. Certa feita, ao voltar de uma dessas viagens, Porfírio deparou-se com sua casa em chamas e sua mulher e filhos apavorados, nos matos ao redor. Foi a gota d'água.

Ele, então, liderou a formação da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Formoso e Trombas, uma verdadeira força armada de resistência. O conflito armado se instaurou em definitivo na região, a ponto de os camponeses ocuparem as duas vilas, onde montaram bases pra um embate prolongado.

A mídia nacional batizou o movimento de “República de Formoso e Trombas”. A contenda perpassou todos os governos até a década de 1960. Zé Porfírio se elegeu deputado estadual, com a maior votação do Estado, pela sigla do PTB, em coligação com o PSB. A situação mudou.

Como governador, foi eleito Mauro Borges Teixeira, filho de Pedro Ludovico, mas tido como de esquerda. Logo ao assumir, ele iniciou negociações e menos de um ano depois distribuiu 20 mil títulos de terras aos camponeses revoltosos.

No entanto, após o golpe de estado de 1964, os títulos de terra foram anulados, e Zé Porfírio teve seu mandato cassado e fugiu. Mas acabou sendo preso, e hoje ele consta da lista de desaparecidos políticos.



Jaime Scrutchuk
Jornalista. Escritor



1º de Maio de luta contra o retrocesso

O 1º de Maio foi marcado por uma série de eventos em todo o País para comemorar o **Dia do Trabalhador**. Em Brasília, os trabalhadores saíram às ruas em marcha, em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da democracia, da Petrobras e da reforma política.

Uma das principais bandeiras foi contra o **PL 4330**, da terceirização sem limites, que retira direitos históricos dos trabalhadores; outra, a revogação das medidas provisórias 664 e 665, que alteram as regras de benefícios como o seguro-desemprego e a pensão por morte.

A história do 1º de Maio é uma história de lutas. Começa em 1886, quando trabalhadores de Chicago (EUA) fizeram uma greve geral para reivindicar redução da jornada de trabalho de até mais de 16 horas diárias para 8 horas, o que foi duramente reprimido pela polícia.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras, a homenagem do Sindicato dos Bancários de Brasília



A LENDA DO AÇAÍ

Diz a lenda que muitos e muitos anos atrás, na Floresta Amazônica, onde hoje existe a cidade de Belém, existia uma nação indígena muito populosa. Com o passar dos tempos, o grupo foi ficando tão grande que os alimentos, mesmo sendo fartos na região, começaram a faltar.

Foi então que o cacique Itaki, grande líder da tribo, teve que tomar uma decisão muito cruel. Para que não faltasse alimento aos mais velhos, Itaki resolveu que, a partir daquele dia, as crianças que nascessem seriam sacrificadas. E assim foi até que a filha do cacique, uma jovem chamada Iaça, teve que sacrificar sua linda filhinha recém-nascida.

Desesperada, Iaça chorava todas as noites de saudades da filhinha que não pôde criar. Depois de ficar vários dias enclausurada em sua maloca, Iaça pediu ao deus Tupã para mostrar a seu pai uma forma de alimentar seu povo sem ter de sacrificar os pequeninos. Sensibilizado com a dor de Iaça, o deus indígena decidiu mostrar outro caminho ao cacique Itaki.

Em uma noite de lua cheia, Iaça ouviu do lado de fora de

sua oca o gungunar de uma criança. Ao olhar, viu que lá estava sua linda filhinha, sorridente, ao lado de uma palmeira. Iaça correu rumo à palmeira e abraçou a filha que, misteriosamente, desapareceu no abraço da mãe. Inconsolável, Iaça chorou a noite inteira, até desfalecer.

No dia seguinte, o corpo de Iaça foi encontrado abraçado ao tronco da palmeira. No rosto, a moça triste trazia um semblante sereno, até mesmo feliz. Seus olhos negros fitavam o alto da palmeira, que estava salpicada de pequenos frutos escuros.

Interpretando a cena como uma bênção de Tupã, Itaki

mandou apanhar os frutos. Com eles, foi possível fazer um forte e nutritivo suco avermelhado que dava para alimentar todo o povo de Itaki. Em homenagem à filha, Itaki deu à palmeira generosa o nome de Açaí, que significa Iaça invertido. Desde aqueles tempos, lá pras bandas da Amazônia, a farturenta palmeira do Açaí alimenta o povo de Itaki e todos os povos indígenas da região.





Crédito Editorial: ostill / Shutterstock.com

O BOI DE MESTRE TEODORO

Guilherme Cobelo

O folclore maranhense sempre foi muito bem representado no Distrito Federal pelas brincadeiras e danças que Teodoro Freire, o mestre entre os mestres, conduziu – e muito bem – nos espaços por onde passou.

Seja na Universidade de Brasília, local em que trabalhou durante 28 anos, seja no Centro de Tradições Populares em Sobradinho, ou onde quer que fosse, o boi de Seu Teodoro fez a alegria de muita gente com suas cheganças e despedidas, suas toadas dolentes, seus rituais antiquíssimos dos quais era exímio e memorioso executor.

Nascido em São Vicente Ferrer,

a 280 km de São Luís, no ano da graça de 1920, o gosto pelo bumba-meu-boi e pelo tambor de crioula surgiu com ele ainda menino, quando escapava dos olhares vigilantes da sinhá para assistir aos ensaios que aconteciam nas redondezas.

Teodoro nunca brincava. Olhava, via, escutava, ouvia, impregnando corpo e mente com todo aquele mistério, memorizando os detalhes, as melodias, o passo-a-passo do rito. Como uma esponja, absorveu tudo para mais tarde jorrar conhecimento em outras bandas.

Seu aprendizado sentimental,

por assim dizer, deu-se no Maranhão. Mas sua atividade cultural mesmo só se desenvolveu quando, levado pelo desemprego, deixou o Maranhão e foi parar no Rio de Janeiro em busca de vida melhor. Foi por lá, no Rio, nos anos 1950, em uma colônia maranhense, que começou a organizar as brincadeiras.

Há quem diga que foi a saudade que lhe instigou a busca pela identidade. A maneira mais eficaz que encontrou para aniquilar as léguas tiranas foi representando a lenda do Velho Chico e da Mãe Catirina, seus desejos, receios e percalços para

ter ao menos a língua do Mimoso, o boi dileto do patrão, senhor de terras e cabeças de gado.

Isso porque Catirina estava “arredia e preguiçosa, com criança na barriga, cheia de desejo”, como cantou seu conterrâneo Papete: não podia ser nenhum outro boi, tinha que ser aquele. Daí toda a tragédia que o boi-bumbá encerra.

Desde então, até sua despedida desse nosso mundo, em 15 de janeiro de 2012, em Brasília, Teodoro nunca mais parou de conduzir o enredo. Ele, que dizia nunca haver brincado de boi, sabia, no entanto, mais que o suficiente para congregar uma multidão de brincantes e tocadores.

Além da matraca e do maracá, sabia muito bem as toadas para reunir o povo na fogueira, o guarnicê, o lá vai, a chegada, as toadas para chamar o boi, o urro do boi e a despedida. De cabeça ou de improviso. Tampouco ignorava a certidão do compasso, o ritual em si. Não à toa, era um mestre.

E deve ter sido como puxador de toada que ele conquistou a simpatia de um certo deputado que acabou convidando seu grupo para a celebração do primeiro aniversário de Brasília, em 1961.

No Distrito Federal, junto com a esposa, Dona Maria José Serra Pereira Freire, trabalhou em algumas granjas da cidade serrana de Sobradinho. Depois disso Teodoro foi empregado na UnB como contínuo. E por lá ficou um tempão, tornando-se figura marcante do campus. Um ícone, de fato.

A história do boi no Planalto Central ganhou um novo impulso

em 1963, quando se inaugurou a “Sociedade Brasiliense de Folclore”, atualmente “Centro de Tradições Populares”, na quadra 15 de Sobradinho. Seu poder de atração era capaz de mobilizar pessoas até no Maranhão, que para ali migravam a exemplo do casal Freire.

Habitantes de outras cidades do DF, como Ceilândia e Samambaia, também acorriam até o Centro. Havia até gente de Valparaíso de Goiás que era atraída pelo boi. E não havia como ser diferente. Quem assistiu, ouviu e brincou sabe a força que ele tem.

Não há como negar que o Boi de Seu Teodoro é um dos mais importantes grupos de cultura popular do DF. É Patrimônio Imaterial. Seus festejos anuais comovem milhares de pessoas. Experimente e saberá do que digo. É o coletivo pulsando, vibrante. O grupo mesmo tem

algo em torno de 80 pessoas, mas sua força é inumerável.

Nos últimos anos, quem está à frente da coisa toda é um dos 11 filhos que o casal teve, Guarapiranga, ou simplesmente Guará. E apesar do que acontecia nos primórdios do grupo, quando a maioria era composta de velhos, os jovens parecem ter revisto seus preconceitos e encarado o bumba-meu-boi com outros olhos, não mais como “macumba”, e sim como cultura, tradição, festa.

E é por essas e outras que Seu Teodoro é um símbolo de resistência. Neste ano de 2015, seu boi comemora 52 anos de existência. Que venham muitos outros! E que urre bastante. Com a bença de São Sebastião.



Guilherme Cobelo
Historiador. Livreiro



boideseuteodoro.wordpress.com

CONDOMÍNIO

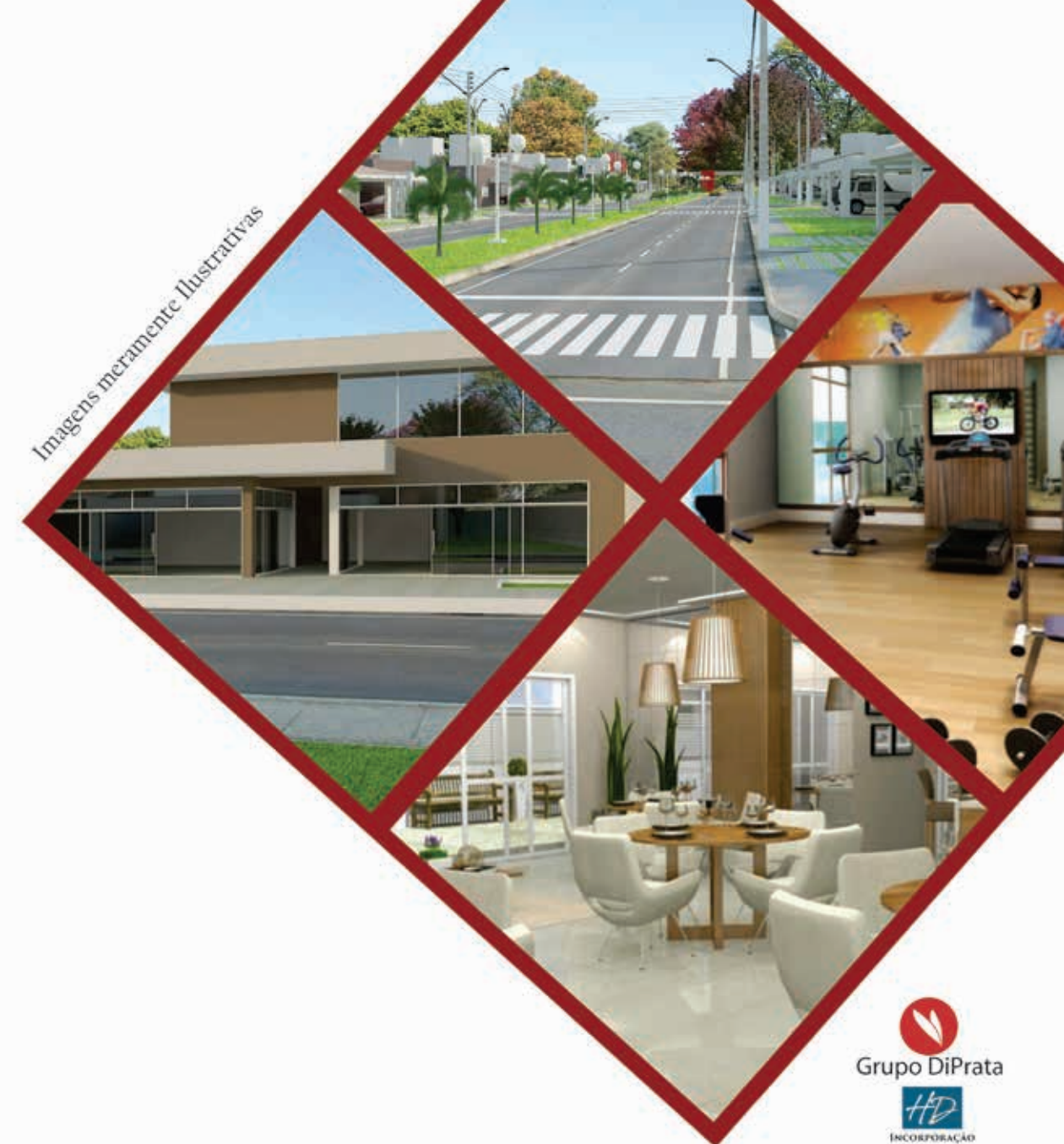
... — ○ — ...

A·S·A·S · D·O·U·R·A·D·A·S

Conforto e Qualidade de Vida

Paraíso do Bem-Viver no Coração de Formosa
a menos de 80 km de Brasília

- SEGURANÇA NA PORTARIA
- MONITORAMENTO 24H
- REDE ELÉTRICA
- REDE DE ESGOTO
- ESPAÇO FITNESS
- PISTA PARA CAMINHADA
- ACESSIBILIDADE
- ASFALTO



Condomínio Asas Douradas

Rua Heitor Vila Lobos – Setor Jardim Califórnia – Formosa – Goiás
(ao lado da Loja Maçônica)

Preços somente com os corretores, por telefone, ou na Imobiliária DiPrata
(61) **3631.8029 / 8625.7084**





Foto: Clarissa Carramilo / G1

BELÁGUA SERÁ O PRÓXIMO MUNICÍPIO

ATENDIDO PELO MOVIMENTO SOLIDÁRIO DA FENAE

Município maranhense apresenta, entre outros indicadores sociais, baixo IDH e altas taxas de mortalidade infantil e analfabetismo. Doações de empregados da CAIXA e de empresas parceiras serão, mais uma vez, fundamentais para o sucesso das ações realizadas.

O Movimento Solidário, programa de responsabilidade social da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), já tem o próximo destino definido: Belágua, no Maranhão. A decisão foi tomada no início de abril, durante reunião do Conselho Deliberativo Nacional da entidade.

A escolha da cidade, distante 113 quilômetros da capital São Luís, foi motivada por vários indicadores sociais como baixo

Humano (IDH), mortalidade infantil, taxa de alfabetização e renda por habitante, entre outros.

Desde 2006, o Movimento Solidário, realizado em parceria com a PAR Corretora de Seguros e o Grupo PAR, atuava em Caraúbas do Piauí, no estado do Piauí, colaborando para o desenvolvimento sustentável do município, com base nos preceitos dos Objetivos do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU). No município, que tinha o 18º pior IDH do país, as políticas

sociais na área de saúde, educação e distribuição de renda, realizadas com doações de parceiros e de milhares de empregados da CAIXA, foram fatores determinantes para as melhorias ocorridas.

A escolha de Belágua também foi feita com base nas sugestões feitas pelas Associações do Pessoal da CAIXA (Apcef). Além de baixo IDH, outros critérios desejados eram população inferior a 10 mil habitantes, fácil acesso e o município não estar amplamente contemplado por políticas públicas e tampouco

por políticas específicas, como é caso das comunidades indígenas e quilombolas. De acordo com o Movimento Solidário, o município maranhense foi o que mais atendeu a esses critérios.

“Vamos trabalhar em Belágua seguindo pilares que já foram aplicados em Caraúbas, que se tornou um caso de sucesso, com ações de geração de renda visando dar autonomia à comunidade, educação e inclusão digital, saúde, cidadania e saneamento básico”, afirma Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenae. Ele acrescenta: “As doações dos empregados da CAIXA e das empresas parceiras serão essenciais para o sucesso das ações desenvolvidas. Queremos, mais uma vez, criar uma rede de solidariedade em prol dos que mais precisam”.

De acordo com Natascha Brayner, diretora de Comunicação e Imprensa da Federação, o primeiro passo da nova fase do Movimento Solidário é conversar com deputados, senadores e com o prefeito. “Queremos realizar essa reunião em junho, para traçarmos as diretrizes e marcarmos uma data para iniciar a atuação em Belágua. Queremos promover um evento que marque a chegada do programa à cidade, envolvendo toda a comunidade”, diz.

NÚMEROS DE BELÁGUA

Segundo os dados atualmente disponíveis, Belágua tem cerca de 6,5 mil habitantes. O IDH é de 0,512, e a taxa

de mortalidade até os cinco anos de idade chega a 41,8 por mil nascidos vivos. Outros números: renda per capita de R\$ 107; apenas 23% dos adultos são alfabetizados; 58% dos domicílios têm acesso a água tratada; somente 15% dos domicílios têm banheiro e água encanada; e 66% das pessoas com 18 anos ou mais têm ensino fundamental completo ou emprego com carteira assinada.

“Todos esses dados mostram que a escolha do município maranhense foi acertada. Entre os objetivos, destaco acabar com a pobreza e a fome, garantir a educação inclusiva, reduzir a desigualdade e assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis. Assim como fizemos em Caraúbas, nosso empenho será no sentido de fazer uma verdadeira revolução em Belágua”, frisa Jair Pedro Ferreira.

CARAÚBAS DO PIAUÍ

Enquanto estuda as ações em Belágua, o Movimento Solidário prepara a saída oficial de Caraúbas do Piauí, que vai acontecer no final de maio. Entre as atividades previstas, devem ocorrer a inauguração da padaria comunitária e visitas ao minipolo de confecções, à horta comunitária e à associação dos produtores de leite. “Também preparamos um vídeo contando tudo o que foi feito na cidade e os avanços que conquistamos, que será mostrado aos habitantes no ginásio poliesportivo. Será um momento de muita emoção”, observa Natascha Brayner.



Mais informações sobre o Movimento Solidário podem ser obtidas nos endereços:
www.fenae.org.br
www.programamovimentosolidario.com.br



BARIANI ORTENCIO

PAULISTINHA, UM CIDADÃO GOIANO

Jaime Sautchuk

Ao completar 91 anos de idade, Bariani Ortencio escreve uma coluna semanal em jornal, faz compras em supermercado, está publicando novos livros e passa os dias em seu escritório-biblioteca recebendo quem o procura. É uma rotina de mais de 70 anos desse paulista que virou goiano da cepa desde o início da construção de Goiânia.

Waldomiro Bariani Ortencio é conhecido pela sua produção intelectual, onde revela a verve afiada de pesquisador e escritor ou a sensibilidade de autor musical, dependendo do ambiente. Entre seus mais de 40 livros publicados estão preciosidades indispensáveis a qualquer biblioteca ou universidade que pretenda debater e difundir

conhecimentos sobre o Brasil Central.

Sua trajetória de vida é, ela própria, repleta de belas histórias. Sua família tinha madeira em Igarapava, cidade paulista colada em Minas Gerais, e vinha se debatendo com a escassez de madeira pra serrar naquela região. Era preciso mudar, mas, pra onde, ninguém sabia direito. Pesquisas em cidades do Sul e Sudeste prometiam, mas tudo apontava ao Centro-Oeste, onde Goiás construía uma nova capital. Eram muitas as vantagens oferecidas a empreendedores.

Corria o ano de 1938 quando a família chegou ao canteiro de obras, uma aventura e tanto, como muitos amigos previam.

O rapaz deixava a tesoura de alfaiate que usava numa das iniciações profissionais que tivera em sua terra, sem lamentações. Entretanto, uma perda por ele lamentada era a dos jogos de futebol, como ele lembra:

– Eu tinha só 15 anos, mas jogava com os adultos lá na minha cidade, por causa do corpo avantajado.

Mas a tristeza pela falta dos amigos da bola durou pouco. Dias depois de ter chegado, Bariani ouviu gritos e barulhos típicos do futebol e foi ver o que era. Por sorte, era o treino do Atlético Goianiense, time que nasceu com a cidade, e por mais sorte ainda ele ouviu o técnico reclamar que o goleiro havia faltado ao treino. De

pronto, ele gritou:

– Eu sou goleiro!

O técnico mirou o candidato de cima a baixo, aparentou ter sentido firmeza e perguntou de onde ele era. Diante da resposta de que tinha acabado de chegar de São Paulo, o treinador ordenou ao auxiliar:

– Coloca esse paulistinha aí, no gol.

Pronto, ganhou uma vaga, e um apelido também. E assim o goleiro Paulistinha jogou por dez anos no time. O apelido agradou os locutores de rádio e a torcida, tornando-se um símbolo do futebol goiano.

Todavia, ele não vivia do futebol. Coursou o segundo grau no Liceu de Goiás, colégio referência no estado, mas nunca concluiu nenhum curso superior, por considerar que suas outras atividades dispensavam esse esforço. Lecionou Matemática e outras disciplinas em várias escolas dos aglomerados humanos que se formavam.

Virou, em verdade, uma espécie de universidade ambulante, sempre disposto a difundir as informações que lhe chegam às mãos, muitas buscadas com dificuldade, dedicação e denodo. Um grande número de escolas, bibliotecas e logradouros públicos hoje levam seu nome, apesar de sua aversão a homenagens desse tipo a pessoas ainda vivas. E são incontáveis as comendas, títulos e medalhas com que já foi agraciado.

Impossível, também, é citar alguém que tenha se dedicado às artes – literatura e música em especial – em terras goianas, nas últimas sete décadas, que não tenha

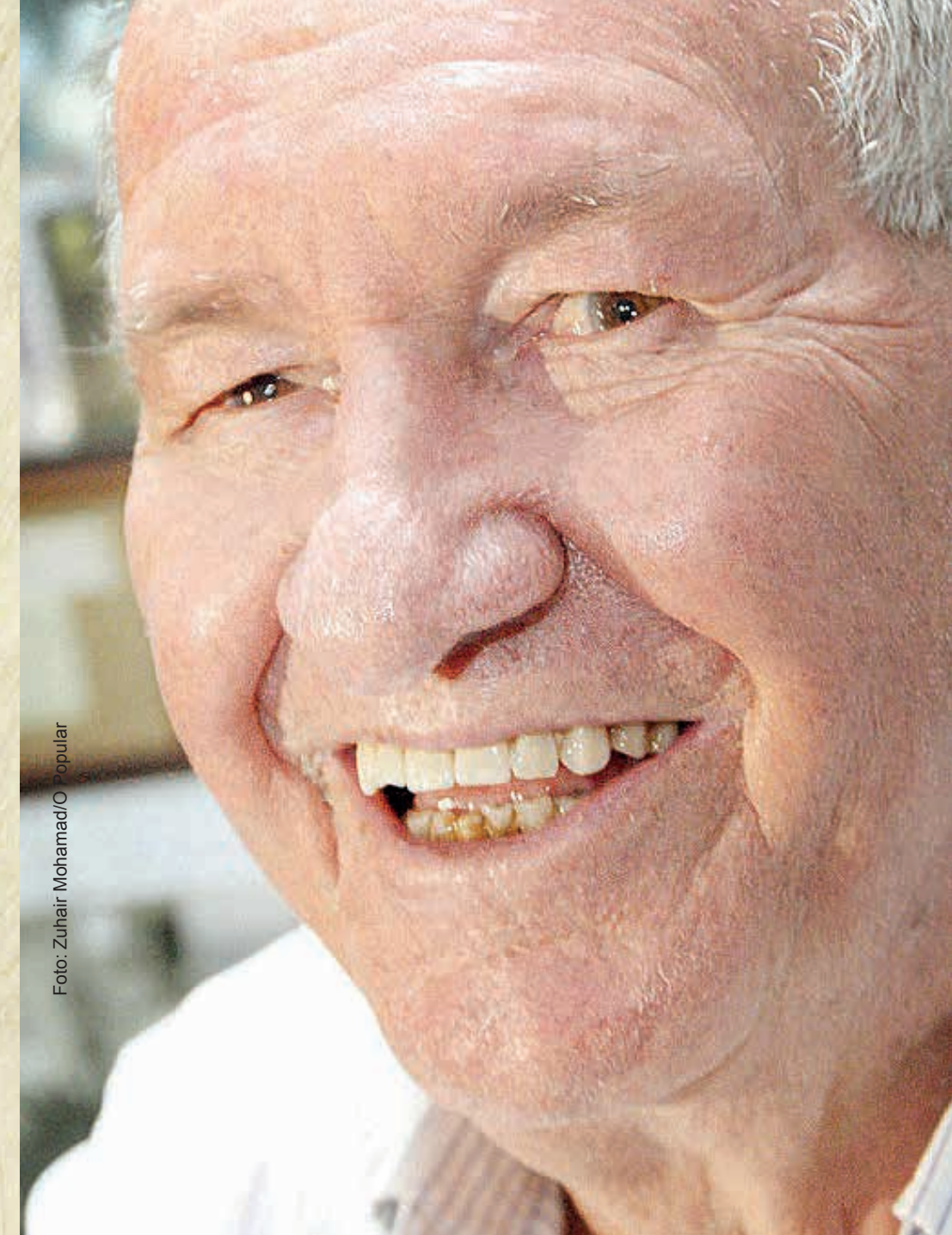


Foto: Zuhair Mohamad/O Popular

cruzado com Bariani em algum momento, quase sempre pra lhe pedir algo. E ninguém sai de mãos abanando, seja qual for sua orientação política ou ideológica. “Meu negócio é somar, nunca dividir”, diz, justificando seu desprendimento.

Muitos escritores e músicos famosos Brasil afora já desfrutaram de sua amizade e de sua sempre generosa ajuda. Bernardo Élis, por exemplo.

Ele lembra, aliás, que um livro de Élis, o mais famoso, foi escrito em forma de romance, com o título “São Miguel e

Almas”. Houve enorme rebuliço entre membros da família de Bernardo, que o acusavam de contar histórias privadas, de modo que ele sustou a obra. Mas, de novo, a paciência de Bariani ajudou o autor a refundir o texto, que virou vários contos e recebeu o nome de um deles, “Veranico de Janeiro”.

Ainda bem jovem, em 1945, Goiânia já estava consolidada e clamava por ideias criativas que movimentassem a economia e ocupassem as pessoas. Bariani conta que avaliou suas vontades, suas aptidões e as possibilidades de

algum negócio rentável. Assim, emprestou o nome de seu alterego desportista e fundou o Bazar Paulistinha, uma loja de instrumentos musicais, discos, livros e tantas coisas mais, que virou uma poderosa rede comercial em Goiás e Minas Gerais.

A loja principal, porém, no centro da capital goiana, passou a ser um importante ponto cultural, lugar de encontro de artistas e produtores locais e do Brasil inteiro. É citada em músicas de grande sucesso nacional, como "Saudade de Minha Terra", de Goiá e Belmonte, e "Pagode em Brasília", de Teddy Vieira e Lourival dos Santos, em que é tratada como "bazar do Waldomiro", pra não ser considerada peça publicitária.

Por falar nisso, no dia de inauguração da nova capital federal, em 1960, a música "Brasília, 21 de Abril" virou hino da cidade, cantada por todos. Seu autor: Bariani Ortencio. Mas ele não dá tanto valor a esse fato, talvez porque seja apenas mais uma dentre as setenta e tantas músicas de sua autoria gravadas por diversos artistas famosos.

Também é dessa época a espaçosa casa em que ele ainda hoje mora, na Praça Cívica, o coração de Goiânia, dividindo território com as sedes dos governos estadual e municipal. O pátio na parte posterior da habitação é um verdadeiro centro cultural, com biblioteca, exposição de fotos históricas e amplo espaço pra eventos.

Entretanto, a presença maior do ex-Paulistinha no cenário cultural brasileiro talvez esteja



Foto: Nelson Santos/Diário da Manhã

em suas obras de pesquisa, todas volumosas, que revelam grande fôlego ao dissecar a vida humana nesta região do país. "Cozinha Goiana", lançado em 1967, com reedições sucessivas desde então, é muito mais que um livro de receitas. É um verdadeiro tratado antropológico que revela um povo através da sua variada comida.

No mesmo rumo, ele editou pela primeira vez em 1994 o "Medicina Popular do Centro-Oeste", que navega pela credence e pela sabedoria que vêm do indígena nativo, do caboclo, do escravo e de outros imigrantes. Ou o premiado "Cartilha do Folclore Brasileiro", de 1997. E coroa tudo como uma edição nova, reformatada, do clássico "Dicionário do Brasil Central", editado pela primeira vez em 1984.

Ao chegar a uma idade mais avançada, Bariani segue

lépido e fagueiro, produzindo novos trabalhos e propondo outros. Ele acaba de lançar, por exemplo, um pequeno livro em que resume as principais polêmicas que travou, na mídia, em sua trajetória, e que vai dar o que falar. E ri do que ganha escrevendo na imprensa hoje em dia.

Bariani orgulha-se de nunca ter dependido de dinheiro público, pois sempre foi bem-sucedido nos negócios, que incluem fazenda de lavouras e bois e empresa mineradora. Além, é claro, do Bazar Paulistinha, que ainda hoje marca presença na Avenida Anhanguera, próximo ao Teatro Goiânia, sob os cuidados dos três filhos homens – teve também três filhas e uma batelada de netos e bisnetos.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor



MAPARI, SENTENTÃ E ARARA DA VOLTA GRANDE DO XINGU

TERRAS INDÍGENAS HOMOLOGADAS NO ABRIL INDÍGENA DE 2015

Zezé Weiss

Em abril, mês em que o Brasil celebra o Dia do Índio no dia 19, o governo brasileiro homologou três terras indígenas, totalizando 232.544 hectares, todas na região Norte, para quatro etnias – os povos Kaixana e Mura, no Amazonas, e Arara e Juruna, no estado do Pará.

As três áreas foram homologadas por decretos da presidenta Dilma Rousseff, publicados no Diário Oficial

da União do dia 20 de abril de 2015, na semana seguinte à presença em Brasília de cerca de 1,5 mil lideranças indígenas no Acampamento Terra Livre, organizado pela Mobilização Nacional Indígena, sob a coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

No Amazonas, foram homologadas a Terra Indígena (TI) Mapari, com 157.246

hectares, localizada nos municípios de Fonte Boa, Japurá e Tocantins, habitada pelo povo Kaixana; e a TI Sententã, com 49.773 hectares, localizada nos municípios de Borba e Novo Aripuanã, habitada pelo povo Mura.

No Pará, foi homologada a TI Arara da Volta Grande do Xingu, com 25.500 hectares, habitada pelos povos indígenas Arara e Juruna. Localizada

no município de Senador José Porfírio, a TI está inserida nos procedimentos de licenciamento da Usina de Belo Monte.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Brasil possui 544 Terras Indígenas tradicionalmente ocupadas regularizadas ou

em processo de regularização, 30 reservas indígenas, 6 terras dominiais e 6 áreas interditadas, totalizando 585 áreas indígenas, em um total de 113.112.112,8462 hectares.

Das 544 áreas tradicionalmente ocupadas, localizadas em 111.963.634,4401 hectares, 38

encontram-se delimitadas, 66 declaradas, 14 homologadas e 426 regularizadas. As áreas já regularizadas perfazem um total de 104.588.473,4229 hectares. Existem ainda 6 áreas interditadas, somando 1.084.049 hectares, e 129 áreas em estudo, sem tamanho definido.

MODALIDADE DAS TERRAS INDÍGENAS

Segundo a Funai, nos termos da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n.º1775/96), as terras indígenas podem ser classificadas nas seguintes modalidades:

MODALIDADE	DESCRIÇÃO	QTDE	SUPERFÍCIE (ha)
Terras Indígenas Tradicionalmente ocupadas	São as terras indígenas de que trata o Art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.	544	111.963.634,4401
Reservas Indígenas	São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de ocupação tradicional.	30	33.358,7036
Terras Dominiais	São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas por qualquer uma das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil.	6	31.070,7025
Interditadas	São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.	6	1.084.049,0000
Total		585	113.112.112,8462

Fonte: Funai



Fotos: Acervo Funai

FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

De acordo com a Constituição Federal vigente, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

As fases do procedimento demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas, abaixo descritas, são definidas por Decreto da Presidência da República e atualmente consistem em:

FASE	STATUS	QTDE	SUPERFÍCIE (ha)
Em estudo	Realização dos estudos antropológicos, históricos, fundiários, cartográficos e ambientais, que fundamentam a identificação e a delimitação da terra indígena.	129	0,0000
Delimitadas	Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.	38	2.307.660,9105
Declaradas	Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.	66	4.535.583,0971
Homologadas	Terras que possuem os seus limites materializados e georreferenciados, cuja demarcação administrativa foi homologada por decreto Presidencial.	14	531.917,0096
Regularizadas	Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.	426	104.588.473,4229
Totais		544	111.963.634,4401
Interditadas (Portarias de Interdição)	Áreas Interditadas, com restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.	6	1.084.049,0000

Fonte: Funai

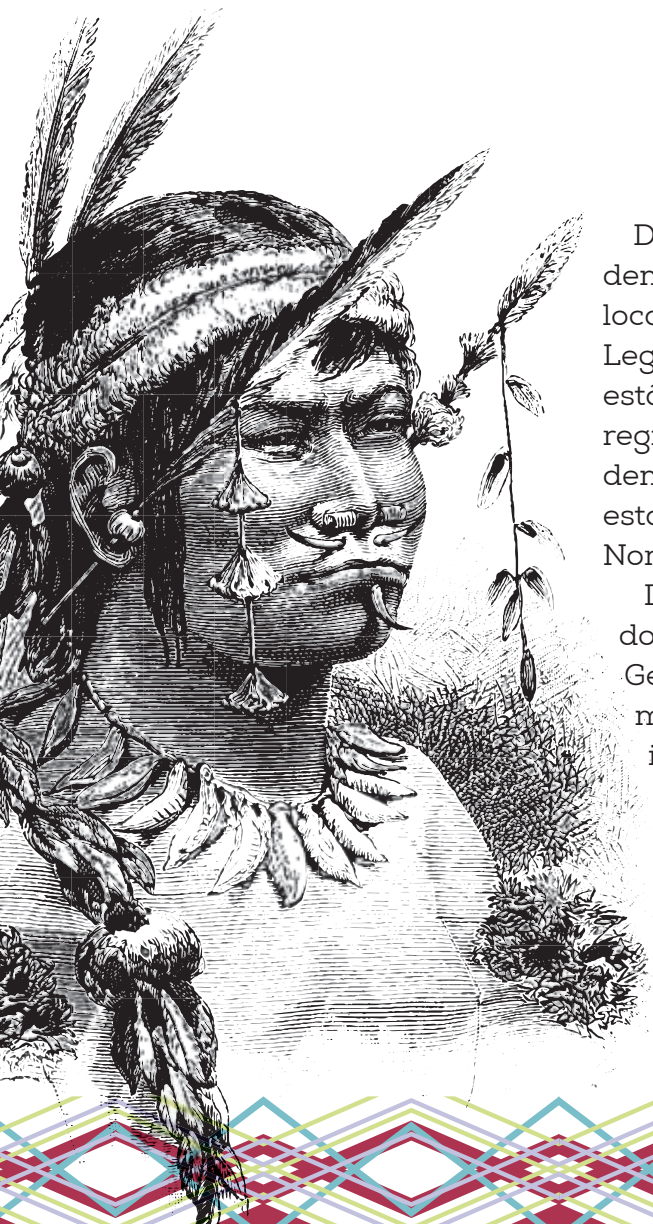
RESERVAS INDÍGENAS

A União poderá estabelecer, em qualquer parte do território nacional, áreas destinadas a posse e ocupação pelos povos indígenas, onde possam viver e obter meios de subsistência, com direito ao usufruto e utilização das riquezas naturais, garantindo-se as condições de sua reprodução física e cultural.

Para constituição das Reservas Indígenas, adotam-se as seguintes etapas do processo de regularização fundiária:

FASE	STATUS	QTDE	SUPERFÍCIE (ha)
Encaminhadas com Reserva Indígena (RI)	Áreas que se encontram em procedimento administrativo visando a sua aquisição (compra direta, desapropriação ou doação).	15	60.004,9061
Regularizadas	Áreas adquiridas que possuem registro em Cartório em nome da União e que se destinam a posse e usufruto exclusivos dos povos indígenas, incluindo-se a área Dominial.	36	64.429,4061
Total		51	124.434,3692

Fonte: Funai



Dentre as Terras Indígenas demarcadas, 98% estão localizadas na Amazônia Legal, e as restantes (2%) estão espalhadas pelas regiões Centro-Oeste (com demarcações apenas no estado de Mato Grosso do Sul), Nordeste, Sul e Sudeste.

Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, da população indígena brasileira de 896.917 pessoas, menos da metade, 433.363 indivíduos vivem nos estados da Amazônia Legal. Mais da metade,

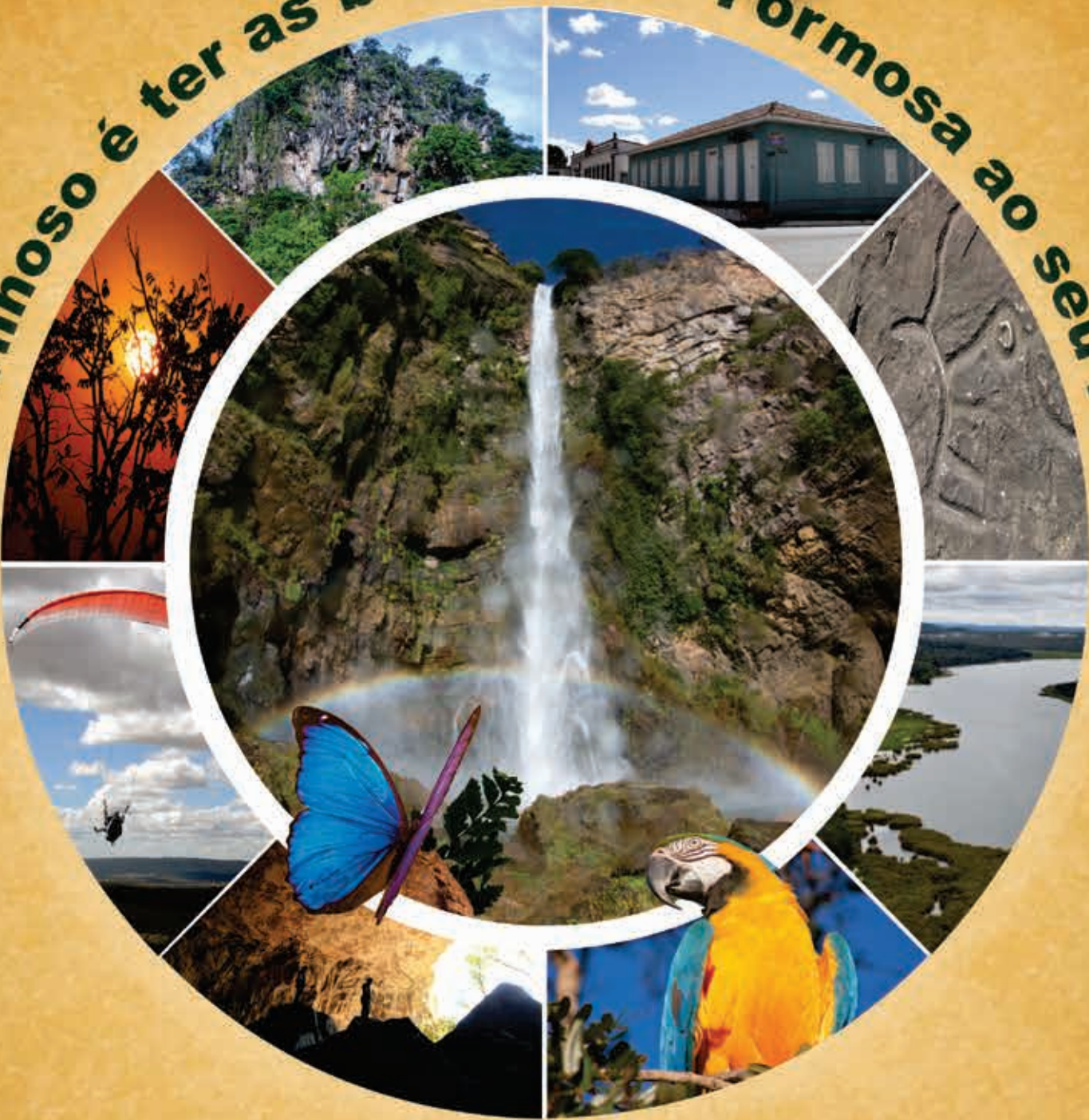
463.554 pessoas vivem nos estados do Centro-Oeste, particularmente no estado do Mato Grosso do Sul, e nos do Nordeste, Sul e Sudeste.

Ou seja, a maioria dos povos indígenas ocupam menos de 2% das TIS já demarcadas ou vivem em situação de risco e vulnerabilidade nas áreas em estudo, sob litígio ou no aguardo de deliberações nas várias fases do processo administrativo de regularização.



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental

Maravilhoso é ter as belezas de Formosa ao seu redor



Secretaria Municipal de
Turismo



PREFEITURA DE
Formosa
Construindo uma vida melhor

UMA NOVA ÉTICA A PARTIR DE UMA NOVA ÓTICA

Leonardo Boff

Em momentos críticos como os que vivemos, revisitamos a sabedoria ancestral dos povos e nos colocamos na escola de uns e de outros. Todos nos fazemos aprendizes e aprendentes.

Importa construir um novo ethos que permita uma nova convivência entre os humanos e destes com os demais seres da comunidade biótica, planetária e cósmica: que propicie um novo encantamento face à majestade do universo e à complexidade das relações que sustentam cada um dos seres.

Ethos em seu sentido originário significa a toca do animal ou casa humana, vale dizer, aquela porção do mundo que reservamos para organizar, cuidar e fazer o nosso habitat. Temos que reconstruir a casa humana comum – a Terra – para que nela todos possam caber. Urge modelá-la de tal forma que tenha sustentabilidade para alimentar um novo sonho civilizacional.

A casa humana hoje não é mais o estado-nação, mas a Terra como pátria/mátria comum da humanidade. Esta se encontrava no exílio, dividida em estados-nações, insulada em culturas regionais, limitada pelas infindáveis línguas e linguagens.

Agora, lentamente, está regressando de seu longo exílio. Está se reencontrando num mesmo lugar: no planeta Terra unificado. Nele fará uma única história, a história da espécie homo numa única e colorida sociedade mundial, na consciência de um mesmo destino e de uma igual origem.

Esse ethos (modelação da casa humana) ganhará corpo em morais concretas (valores, atitudes e comportamentos práticos) consoante às várias tradições culturais e comportamentais.

Embora diversas, todas as propostas morais alimentarão o mesmo propósito: salvaguardar o planeta e assegurar as condições de desenvolvimento e de coevolução do ser humano rumo a formas cada vez mais coletivas, mais interiorizadas e espiritualizadas de realização da essência humana.

De onde vamos derivar esse novo ethos civilizacional? Ele deve emergir da natureza mais profunda do humano. De dimensões que sejam por um lado fundamentais e por outro compreensíveis para todos. Se não nascer do cerne essencial do ser humano, não terá seiva suficiente para dar sustentabilidade a uma nova florada humana com frutos sadios para a posteridade.

Devemos todos beber da própria fonte. Auscultar nossa natureza essencial. Consultar nosso coração verdadeiro. Essa dimensão fontal deverá suplantar a desesperança imobilizadora e a resignação amarga.

Deverá, outrossim, complementar os caminhos insuficientes referidos acima. Quer dizer, essa dimensão fontal será a base para um novo sentimento religioso.

Criará um novo sentido ético e moral. Propiciará uma nova razão, instrumental, emocional e espiritual que transformará a ciência, a tecnologia e a crítica em medicinas para a Terra e para a humanidade.

Uma nova ética nascerá de uma nova ótica.

Qual será essa ótica? Qual será essa dimensão seminal do humano, capaz de sustentar uma nova aventura histórica?

De que ethos precisamos? Daquele que se opõe à falta de cuidado, ao descaso e ao abandono?



Leonardo Boff
Teólogo. Filósofo. Escritor



**Aproveite suas férias.
Deixe sua casa sob nossos cuidados.**

TASS

61 3033 3333



BELA VISTA DE GOIÁS TEM SEMÁFORO

Equipamento de Trânsito provoca falsa impressão de modernidade

Antenor Pinheiro

Pequena cidade de nome ligado à beleza do Cerrado, Bela Vista de Goiás faz parte da região metropolitana de Goiânia, com 28 mil habitantes e economia baseada em indústria de laticínios, aviários, gado de leite, comércio e serviços.

Como a maioria das urbes brasileiras, coleciona todos os ingredientes negativos que caracterizam os nossos ambientes urbanos e, conseqüentemente, comprometem a qualidade de vida de seus cidadãos.

Da mesma forma que em milhares de outras cidades do país, ali se observam: ineficiente tratamento de

resíduos sólidos; drenagem instável; baixa permeabilidade do solo; déficit habitacional; reduzida oferta de empregos; ineficientes serviços públicos de saúde; escolas carentes de investimentos; poluição ambiental; violência urbana; e assim por diante.

É certo que esse conjunto de problemas está relacionado à alta taxa de urbanização dos domicílios brasileiros, que variou drasticamente entre 1970 (55,9%) e 2000 (84,4%), projetada a alcançar 90% logo mais, em 2020, conforme constatação oficial (IBGE, 2010). Mas é certo também que pouco foi feito no planejamento e na

gestão dessas cidades, para que fossem evitados todos estes, digamos, irreversíveis problemas.

A flagrante inépcia verificada em sucessivas governanças no contexto desse acelerado processo de urbanização bem justifica a sensação de impotência para seu enfrentamento. E o resultado imediato que hoje experimentamos é conviver em territórios cada vez mais segregados nas grandes cidades, o que hoje indistintamente aflige médias e pequenas cidades, como é o caso de Bela Vista de Goiás.

Um dos aspectos relevantes que explicam esse

diagnóstico está refletido na forma desarticulada como as pessoas se deslocam nas cidades em relação à distribuição de seus bens, mercadorias e serviços.

É a partir da qualidade da relação espacial entre os desejos de deslocamento da população (origem-destino) e as opções disponíveis para tal (modos de transporte) que emerge a boa dinâmica de circulação nos espaços de mobilidade das cidades.

Logo, se temos cada vez mais espaços urbanos em permanente desagregação e opções de deslocamento cada vez mais restritas, ainda mais teremos cidades deformadas e empobrecidas.

Nesse contexto, o que experimentamos é a perpetuação do modelo de desenvolvimento econômico adotado no país, especialmente a partir da década de 1950, quando aqui se instalou a indústria automobilística. Assim, juntamente ao incremento do processo desarticulado de urbanização, vendeu-se a ilusão de que a melhor, mais segura e moderna forma de se deslocar nas cidades era de carro.

No imaginário da deseducada população instalou-se, desde então, o desejo da busca do sucesso pela aquisição e uso predominante do automóvel. Locomover-se de bicicleta e transporte coletivo virou sinônimo de pobreza, e até andar a pé ficou sob suspeição de fracasso social. Daí o porquê da falta de investimentos em sistemas de transportes coletivos,

ciclovias e calçadas acessíveis.

O resultado dessa nociva equação está demonstrado nas grandes cidades, cujos espaços saturados corromperam o conceito de cidade como espaço de convivência entre pessoas, passando a ser espaço de ninguém, ou melhor, dos carros e motocicletas.

Mas o que tem a ver com isso o semáforo da pequena Bela Vista de Goiás? Tudo, pois ele representa essa forma errada de enxergar o mundo urbano, cujos valores repercutem a mesma deterioração experimentada nas grandes cidades.

Mesmo que precedido de indispensáveis estudos de valores de volume, ângulos de aproximações recíprocas, definição de diagramas de estágios, pesquisas e análises de acidentalidade, enfim, de tudo que justificaria sua implantação, o semáforo de Bela Vista de Goiás representa menos uma solução, e

mais a falsa modernidade. É o ilusório progresso que possa representar uma esquina piscante alternando informações luminosas para os fluxos de carros e motocicletas – é o que também acontece lamentavelmente em milhares de outras pequenas cidades brasileiras.

Talvez neste momento de crise fosse melhor às pequenas cidades terem seus modestos recursos carreados para reestruturação de seus sistemas viários, neles resgatando os espaços para pedestres, bicicletas, e implantando redes (pequenas que sejam) de transporte coletivo... Por que não? Seria o começo de uma política pública com vistas a inverter essa perversa lógica e garantir às futuras gerações cidades melhores e mais sustentáveis.



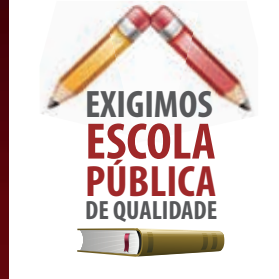
Antenor Pinheiro

Jornalista, Coordenador da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) Regional Centro-Oeste



As 21 metas do PDE

A educação precisa avançar



www.sinprodf.org.br | facebook.com/sinprodf

O Plano Distrital de Educação (PDE) será encaminhado à Câmara Legislativa do DF nos próximos dias, com metas já a partir deste ano.

O PDE é relevante na construção da política pública de Educação e sua elaboração contou com a participação do Sinpro, que acompanhou de perto as discussões. Ele tem como objetivo quantificar e prever o atendimento das demandas escolares (por região administrativa) e qualificar a ação pedagógica do sistema de ensino e das escolas. Nortear as ações da gestão escolar, a valorização da carreira, a qualidade do ensino, a entrada e permanência dos estudantes na escola é também função do PDE. Como é um plano decenal - portanto um plano de Estado, não de governo -, deve ter força de lei para, além de orientar a política educacional, materializar a prática pedagógica.

Portanto, é fundamental que a sociedade conheça as metas do Plano e acompanhe a sua tramitação na Câmara.

META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL - Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), sendo, no mínimo, 5% a cada ano até o final da vigência deste PDE, e ao menos, 90% (noventa por cento) em período integral.

META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL - Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e as aprendizagens dos estudantes a partir dos 6 (seis) anos de idade ao Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 (quatorze) anos de idade até o último ano de vigência deste PDE.

META 3 – ENSINO MÉDIO - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PDE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 100%, assegurando o acesso, a permanência e as aprendizagens.

META 4 – ENSINO ESPECIAL - Universalizar o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, independente da idade, garantindo a inclusão na rede regular de ensino e o atendimento complementar ou exclusivo, quando necessário nas unidades de ensino especializadas.

META 5 – ALFABETIZAÇÃO - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

META 6 – EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 60% (sessenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 33% (trinta e três por cento) dos(as) estudantes da Educação Básica, por meio da ampliação de, no mínimo, 10% ao ano da matrícula de educação integral nas unidades escolares já ofertantes, até o último ano de vigência deste Plano.

META 7 – QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o DF, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.

META 8 – EDUCAÇÃO BÁSICA PARA A POPULAÇÃO CAMPONESA - Garantir a Educação Básica a toda população camponesa do DF, em Escolas do Campo, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e/ou a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), conforme Resolução nº 1, de 3 de abril de 2002 – MEC/CNE/CEB, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

META 9 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - Constituir um sistema público de educação para os (as) trabalhadores (as) na Rede Pública de Ensino, que ofereça, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das matrículas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, na forma integrada à Educação Profissional, nas etapas de Ensino Fundamental (1º e 2º

segmentos) e Médio (3º segmento) em relação à demanda social, sendo 25% a cada três anos no período de vigência deste Plano.

META 10 – RESTRIÇÃO DE LIBERDADE E SISTEMA PRISIONAL: EDUCAÇÃO PARA TODOS - Garantir no Sistema Público de Ensino do Distrito Federal a oferta de escolarização às pessoas jovens, adultas e idosas em cumprimento de pena judicial de privação de liberdade, no sistema prisional do DF, de modo que, até o último ano de vigência deste Plano, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dessa população esteja atendida em um dos segmentos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJA/IT na forma integrada à Educação Profissional.

META 11 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta em, pelo menos, 75% da expansão na Rede Pública.

META 12 – EDUCAÇÃO SUPERIOR - Elevar a taxa bruta de matrícula da Educação Superior no DF para 65%, ampliando a participação da oferta federal e a participação na oferta pública distrital de forma a aumentar 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência deste Plano.

META 13 – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES/ ENSINO SUPERIOR - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior do Distrito Federal para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

META 14 – PÓS-GRADUAÇÃO - Elevar, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação de 2.200 mestres e 950 doutores por ano.

META 15 – FORMAÇÃO CONTINUADA - Garantir, em regime de colaboração com a União, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PDE, a Política Distrital de Formação dos Profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando formação adequada a todos no prazo de vigência desta lei.

META 16 – TITULAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - Formar, até o último ano de vigência deste PDE, a totalidade dos

profissionais de educação que atuam na Educação Básica pública em cursos de especialização e 33% (trinta e três por cento), em cursos de mestrado stricto sensu e 3% (três por cento) de doutorado, nas respectivas áreas de atuação profissional e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino do DF.

META 17 – ISONOMIA SALARIAL - Valorizar os profissionais da educação da Rede Pública de Educação Básica, ativos e aposentados, de forma a equiparar seu vencimento básico, no mínimo, à média da remuneração das demais carreiras de servidores públicos do Distrito Federal, com nível de escolaridade equivalente, até o quarto ano de vigência deste PDE.

META 18 – PLANO DE CARREIRA - Adequar, no prazo de 2 (dois) anos, os planos de carreira dos profissionais da educação do DF, mediante os compromissos assumidos neste PDE, bem como nas referências nacionais para os planos de carreira dos profissionais da Educação Básica Pública.

META 19 – RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL - Até 1 (um) ano após a aprovação do PDE-DF, adequar a Lei de Gestão Democrática a este Plano Decenal, e aprovar, até 1 (um) ano de vigência do PDE, no Poder Legislativo, leis do Sistema Distrital de Educação e de Responsabilidade Educacional, em consonância com as orientações nacionais.

META 20 – MAIS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO - Ampliar o investimento público em Educação Pública de forma a duplicar o atual percentual de investimento em relação ao PIB do Distrito Federal, assegurando ampliação gradual de 3,23% para 6,12% (recursos do FCDE incluídos) até o fim deste PDE tendo, ainda, como referência para o financiamento da educação, o investimento per capita em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino com base no Custo Aluno Qualidade Inicial, a ser definido em função da realidade social.

META 21 – ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI - Garantir, já no primeiro ano de vigência deste PDE, 100% do atendimento escolar para todos/as os/as adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa e internação cautelar, em consonância aos princípios dos direitos humanos e com qualidade pedagógica.





A MORTE ANUNCIADA DE JOSIMO TAVARES

Pedro Tierra

Há um dizer antigo
entre os homens da raça dos
rios:
a morte, quando se anuncia,
devora a sombra do corpo
e inventa a luz da solidão.

Você se afastou sob o sol.
Era 14 de abril.
Busquei-lhe a sombra
sobre o chão da rua
e não havia sombra.

Ainda busquei tocá-lo.
Falamos da vida
e da morte
(a arma que me matará
já está na oficina...)
E você sorria manso
desde a defendida
solidão dos místicos.
Falamos da luta
e da necessidade de prosseguir
(os tecelões da morte
forçam os teares,
arrematam os fios
do tecido que te cobrirá...)

Incendiarão
nossas casas.
Destruíram plantações.
Saquearam celeiros.
Derrubaram cocais.
Envenenaram as águas.

Invadiram povoados.
Torturaram nossos pais.
Arrancaram as orelhas dos
mortos.
Atiraram nos rios corpos
mutilados.
Derrubaram a cruz que
erguemos,
sinal aceso de nossa memória.

Cortaram a língua dos nossos
irmãos.
Violaram nossas filhas.
Assassinaram inválidos.
Queimaram a sangue e fogo
a terra que trabalhamos.
(...)

3.
Todos sabiam dessa morte.

A cerca do latifúndio sabia.
Os pistoleiros, os assalariados
da morte,
a polícia fardada e paisana, o
GETAT,
os garimpeiros, os bêbados, as
prostitutas,
as professorinhas, as beatas,
as crianças brincando no areal
da rua
sabiam.

Os homens da terra, os
posseiros, os saqueados,
as mulheres alfabetizadas pela
dor
e pela espera
sabiam.

O prefeito, o juiz, o delegado, a
UDR,
os fazendeiros, os crápulas
sabiam.

As mãos dos assassinos
poliam as armas.

A igreja sabia
e esperava...

A haste orgulhosa do babaçu
sabia.
E dobrava as palmas num
lamento
e multiplicava a ciência dessa
morte,

os passarinhos, o relógio dos
templos
mastigando o comboio das horas
e não se deteve, a água dos rios
não se deteve, fluindo
irremediável
a hora dessa morte.

A pedra dos caminhos
sabia
e permaneceu muda,
o vento sabia
e anunciava seu gemido
todavia indecifrável

Tuas sandálias sabiam
e continuaram a caminhar.

Eu, que nasci votado à alegria
e vivo a contar o rosário
interminável
dos mortos
não fiz o verso,

espada de fúria,
que cindisse em dois
o comboio das horas
e descarrilasse o tempo de tua
morte.

Você sabia.
E sorria
apenas.
Como quem se lava
para chegar vestido
de algodão
e transparência
à hora da solidão.

Quem é esse menino negro
que desafia limites?

Apenas um homem.
Sandálias surradas.
Paciência e indignação.
Riso alvo.
Mel noturno.
Sonho irrecusável.

Lutou contra cercas.
Todas as cercas.
As cercas do medo.
As cercas do ódio.
As cercas da terra.
As cercas da fome.
As cercas do corpo.
As cercas do latifúndio.

Trago na palma da mão
um punhado de terra
que te cobriu.
Está fresca.
É morena, mas ainda não é livre
como querias.

Sei aqui dentro
que não queres apenas lágrimas.
Tua terra sobre a mesa
me diz com seu silêncio agudo

– Meu sangue se
levantará
como um rio acorrentado
e romperá as cercas do mundo.
(...)

Goiânia, maio/86



Depois de quase três décadas de sua morte
anunciada – e consumada a mando do latifúndio
–, Josimo de Moraes Tavares, mártir da luta em
defesa dos trabalhadores rurais sem terra da região
conhecida como Bico do Papagaio, na divisa dos
estados do Maranhão e (hoje) Tocantins, continua
presente nos movimentos e conquistas da luta pela
terra.

Em todo o Brasil, centenas de Acampamentos
de Sem-Terra e Assentamentos da Reforma
Agrária persistem na resistência sob o nome
do padre católico, coordenador da Comissão
Pastoral da Terra (CPT) no Bico do Papagaio,
assassinado no dia 10 de maio de 1986,
enquanto subia as escadas do prédio da Mitra
Diocesana de Imperatriz (MA), onde funcionava
o escritório da CPT Araguaia-Tocantins.

Josimo foi assassinado aos 33 anos de
idade (1963–1986), com dois disparos de uma
pistola calibre 7,65 mm, pelo pistoleiro Geraldo
Rodrigues da Costa, com a participação de
Wilson Nunes Cardoso. Em seus últimos anos
de vida, sofreu vários atentados. Com a morte
anunciada, registrou seu “testamento” ante a
Assembleia Diocesana de Tocantinópolis (MA),
em 27 de abril de 1986, poucos dias antes da
sua partida.



*... Estou empenhado na luta pela causa dos
pobres lavradores indefesos, povo oprimido nas
garras dos latifúndios. Se eu me calar, quem os
defenderá? Quem lutará a seu favor?(...) Nem o
medo me detém. É hora de assumir. (...) A minha
vida nada vale em vista da morte de tantos
pais lavradores assassinados, violentados e
despejados de suas terras, deixando mulheres
e filhos abandonados, sem carinho, sem pão e
sem lar. É hora de se levantar e fazer a diferença.
Morro por uma causa justa!*

Josimo de Moraes Tavares



Pedro Tierra
Poeta Libertário. Autor, dentre
vários outros livros, de *Dies Irae*
– oito testemunhos indignados e
uma ressurreição. Brasília. 1999.

EM GOIÁS, VOCÊ PODE MAIS.

Goiás se eleva à condição de destaque no Brasil. O saldo positivo da balança comercial bate recordes sucessivos. Já somos o 9º Estado que mais gera riquezas no território nacional. Também não é para menos. As nossas linhas de crédito para o setor produtivo oferecem uma das menores taxas de juros do país. A política de parcerias e de incentivos fiscais do Governo de Goiás isenta em 98% o ICMS dos empreendedores. Goiás se desenvolve e os resultados são para todos os goianos, que têm mais empregos e qualidade de vida num Estado que cresce junto com quem acredita e investe em oportunidades seguras.

RECORDE NA ECONOMIA



- PIB de R\$ 133 bilhões em 2013 (IMB/Segplan).
- Balança Comercial: 924 produtos exportados para 161 países.
- 9º Estado que mais gera riqueza no país.
- 71.212 empresas abertas em 2013.

INFRAESTRUTURA: UM ESTADO PRONTO

- 9 complexos industriais (clusters).
- 32 distritos industriais.
- 23 parques industriais.
- 25.000 km de malha rodoviária.
- 1.540 km de ferrovias em operação: Norte-Sul (Palmas/Anápolis) e Centro-Atlântica.
- 2 terminais de cargas (Goiânia e Anápolis).
- 36 aeroportos de passageiros.
- Aeroporto de Cargas de Anápolis: inauguração em 2014.
- Plataforma Multimodal: integração terrestre, ferroviária e aérea.
- Porto de São Simão: hidrovia conecta Goiás ao Porto de Santos.
- Porto Seco de Anápolis: maior terminal alfandegário do Centro-Oeste.
- 58 faculdades.
- 3 universidades.
- 80 cursos de pós-graduação.

LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA

- 70% da população do país está a um raio de 1.000 km de Goiás.
- Goiânia é a capital brasileira mais próxima de Brasília: 200 km do Plano Piloto.
- 246 municípios e 6,5 milhões de habitantes.
- Área do Estado: 340 mil km² (Alemanha = 357 mil km²).

DESTINO DE GRANDES INDÚSTRIAS

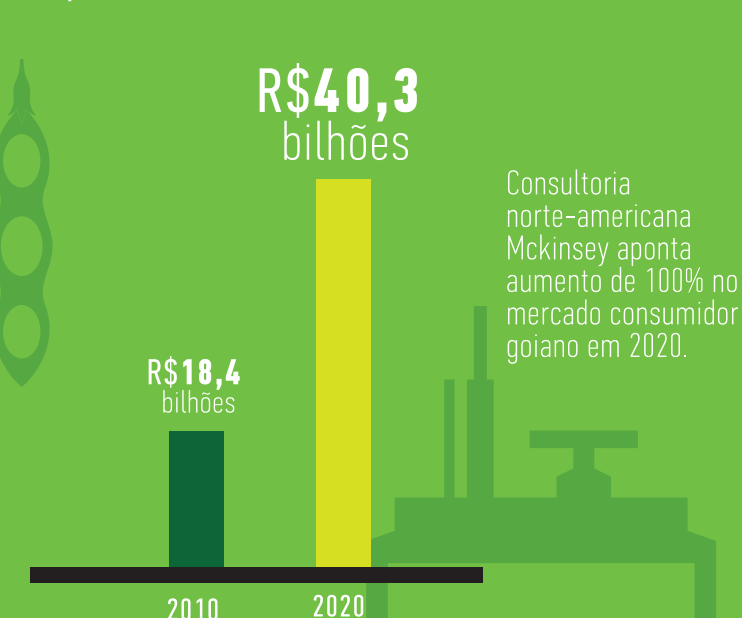
- 3º maior crescimento da produção industrial do país em 2013.
- 1º produtor de atomatados.
- 2º produtor de etanol.
- 2º produtor de medicamentos.
- Responsável por 33% da produção nacional de medicamentos.
- 3º maior polo mineral do país: líder em níquel, líder em cobre e terceiro em ouro.
- 1º produtor de sorgo.
- 3º produtor de milho.
- 4º produtor de soja.
- 4º produtor de leite.

BOLSA FUTURO É MAIS QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- 100 mil trabalhadores capacitados por ano, totalizando 500 mil em 2014.
- Qualificação profissional conforme as vocações econômicas de cada região do Estado.

MERCADO CONSUMIDOR EM ALTA

O crescimento do consumo em Goiás já é maior que a maioria dos estados nacionais.



GOVERNO DE GOIÁS

